



**Investigações
Experimentais**

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD COVID19

Julho/2020

Resultado mensal

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial de Fazenda
Waldery Rodrigues Junior

**INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente
Susana Cordeiro Guerra

Diretor-Executivo
Fernando José de Araújo Abrantes

ORGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretoria de Geociências
João Bosco de Azevedo

Diretoria de Informática
Carlos Renato Pereira Cotovio

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Marise Maria Ferreira

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento
Maria Lucia França Pontes Vieira

Ministério da Economia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento



**Investigações
Experimentais**

Estatísticas Experimentais

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD COVID19

Julho/2020

Resultados mensal

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulga, nesta publicação, os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 para o mês de junho de 2020. Desenvolvida no âmbito do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares do IBGE - SIPD, é a primeira pesquisa divulgada com o selo de Estatística Experimental, recém-criado pelo Instituto. A PNAD COVID19 está sendo apresentada como Estatística Experimental pois ainda está sob avaliação, ou seja, ainda não atingiu um grau completo de maturidade em termos de harmonização, cobertura ou metodologia.

A PNAD COVID19 foi implementada em plena pandemia da COVID19 não só para obter informações sobre os sintomas referidos da síndrome gripal, como também para ser utilizada como instrumento de avaliação e monitoramento do combate aos efeitos dessa pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro. Constitui uma pesquisa de amostra fixa de domicílios (“painel domiciliar”) que segue, mensalmente, as unidades amostradas em cada uma das quatro semanas do mês. A âncora dessa amostra é formada pelos domicílios entrevistados pela PNAD Contínua no primeiro trimestre de 2019; sendo assim, será possível não só avaliar o presente, mas também, futuramente, a dinâmica temporal da pandemia, isto é, o antes, o durante e o depois.

O instrumento de coleta das informações é dinâmico, sujeito a alterações ao longo do período de sua aplicação, o que possibilita, ao longo da pandemia, produzir, além de informações sobre saúde, outras necessárias a elucidar os aspectos socioeconômicos e demográficos desse fenômeno. A tempestividade das divulgações semanais e de uma divulgação mensal mais detalhada, agregando as quatro semanas, servirá como um farol a iluminar as nuances da crise e as alternativas de recuperação.

Eduardo Rios Neto
Diretor de Pesquisas

Introdução

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 é uma versão da PNAD Contínua, com coleta de dados por telefone. Seus objetivos incluem estimar o número de pessoas com sintomas referidos associados à síndrome gripal e obter informações sobre a procura por estabelecimento de saúde, por tipo de estabelecimento procurado. Adicionalmente, a pesquisa pretende monitorar as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro durante a pandemia.

Para a realização da PNAD COVID19, foi utilizada como base a amostra de domicílios da PNAD Contínua do 1º trimestre de 2019. Essa amostra foi submetida a um processo de pareamento para integração com outras bases de dados, buscando-se obter números de telefone para cada domicílio. Esse procedimento resultou em uma amostra com ao menos um telefone disponível de 193 662 domicílios, representando cerca de 92% da amostra-base, os quais foram distribuídos em conjuntos de cerca de 48 mil domicílios por semana. A amostra da PNAD COVID19 é fixa, ou seja, os domicílios entrevistados no primeiro mês de coleta de dados permanecerão na amostra dos meses subsequentes até o fim da pesquisa.

O questionário da pesquisa, na sua primeira edição, se divide em três partes, sendo uma direcionada a questões dos sintomas associados à síndrome gripal, a segunda, a questões de trabalho e, a última para questões de rendimento de outras fontes. Nas questões de saúde, investiga-se a ocorrência de alguns dos principais sintomas da COVID19 no período de referência, considerando-se todos os moradores do domicílio. Para aqueles que apresentaram algum sintoma, perguntam-se quais as providências tomadas para alívio dos sintomas; se buscaram por atendimento médico devido a esses sintomas; e o tipo de estabelecimento de saúde procurado. Nas questões de trabalho, busca-se classificar a população em idade de trabalhar nas seguintes categorias: ocupados, desocupados e pessoas fora da força de trabalho. Investiga-se, ainda, os seguintes aspectos: ocupação e atividade; afastamento do trabalho e o motivo do afastamento; exercício de trabalho remoto; busca por trabalho; motivo por não ter procurado trabalho; horas semanais efetivamente e habitualmente trabalhadas; assim como o rendimento efetivo e habitual do trabalho. Por fim, visando compor o rendimento domiciliar, pergunta-se se algum morador recebeu outros rendimentos não oriundos do trabalho, tais como: aposentadoria, BPC-LOAS, Bolsa Família, algum auxílio emergencial relacionado à COVID19, seguro desemprego, aluguel e outros. Cabe ressaltar que a PNAD COVID19 é uma pesquisa

com instrumento dinâmico de coleta das informações; portanto, o questionário está sujeito a alterações ao longo do período de sua aplicação.

Em julho novos temas foram introduzidos, entre eles a realização de algum teste para identificar COVID19 e o resultado do exame; existência de comorbidades; comportamento diante do distanciamento social; existência de material de higiene e proteção; aquisição de empréstimos; e sobre a frequência à escola e realização de atividades da escola.

A pesquisa prevê divulgações semanais, para alguns indicadores, em nível Brasil, e divulgações mensais para um conjunto mais amplo de indicadores, por Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Conceitos e definições

Os conceitos e definições necessários para o entendimento dos resultados da pesquisa são listados a seguir.

Indicadores de trabalho

Pessoas em idade de trabalhar

Definem-se como pessoas em idade de trabalhar as pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência.

Condição em relação à força de trabalho

As pessoas são classificadas, quanto à condição em relação à força de trabalho na semana de referência, como na força de trabalho e fora da força de trabalho.

Pessoas na força de trabalho

São classificadas como na força de trabalho na semana de referência as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nessa semana.

Pessoas fora da força de trabalho

São classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas nessa semana.

Taxa de participação na força de trabalho

É o percentual de pessoas na força de trabalho na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar nessa semana, isto é: $[\text{Força de trabalho}/\text{pessoas em idade de trabalhar}] \times 100$

Condição de ocupação

As pessoas em idade de trabalhar são classificadas, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupadas e desocupadas.

Pessoas ocupadas

São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.

Consideram-se como ocupadas temporariamente afastadas de trabalho remunerado as pessoas que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de quarentena, isolamento, distanciamento social ou férias coletivas devido à pandemia; férias, folga, jornada variável ou licença remunerada (em decorrência de maternidade, paternidade, saúde ou acidente da própria pessoa, estudo, casamento, licença-prêmio etc.). Além disso, também foram consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivo diferente dos já citados, desde que o período transcorrido do afastamento fosse inferior a quatro meses, contados até o último dia da semana de referência.

As pessoas ocupadas, não afastadas temporariamente, poderiam exercer suas atividades de forma presencial ou remota (*home office*, teletrabalho, ou trabalho à distância).

Pessoas desocupadas

São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo na semana anterior à semana de referência.

Nível da ocupação

É o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar nessa semana, isto é: $[\text{Pessoas ocupadas}/\text{pessoas em idade de trabalhar}] \times 100$

Taxa de desocupação

É o percentual de pessoas desocupadas na semana de referência em relação às pessoas na força de trabalho nessa semana, isto é: $[\text{Pessoas desocupadas}/\text{força de trabalho}] \times 100$

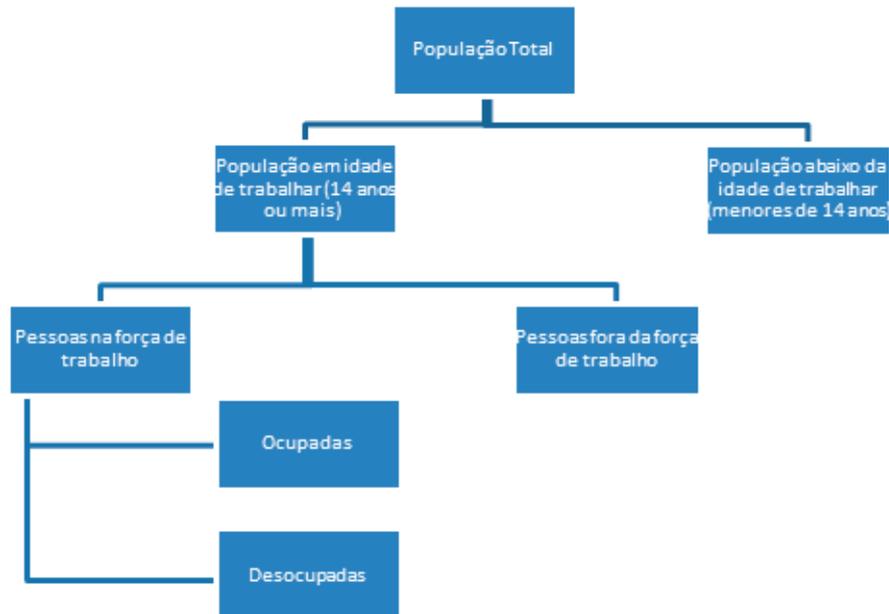
Trabalhadores informais

As pessoas foram classificadas como trabalhadores informais quando eram ocupadas como empregado do setor privado sem carteira; trabalhador doméstico sem carteira; empregador que não contribui para o INSS; trabalhador por conta própria que não contribui para o INSS; ou trabalhador não remunerado em ajuda a morador do domicílio ou parente.

Proxy da taxa de informalidade

É o percentual de pessoas ocupadas como trabalhadores informais em relação ao total de pessoas ocupadas, isto é: $[\text{Trabalhadores informais}/\text{pessoas ocupadas}] \times 100$

Classificação da população em idade de trabalhar



Classificação da população ocupada, de acordo com os grupamentos de atividade

As atividades foram categorizadas para se aproximar dos grupamentos de atividade divulgados na PNAD Contínua. Esses grupamentos seguem a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar 2.0, que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0 para as pesquisas domiciliares. Os demais níveis mais desagregados da CNAE-Domiciliar 2.0 não foram investigados.

Os grupamentos apresentados são:

Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura;

Indústria geral;

Construção;

Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas;

Transporte, armazenagem e correio;

Alojamento e alimentação

Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas;

Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais;

Serviços domésticos; e

Outros serviços.

Classificação da população ocupada, de acordo com a posição na ocupação e a categoria do emprego

São definidas quatro categorias de posição na ocupação:

Empregado - Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração;

Trabalhador doméstico - pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares;

Conta própria - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar;

Empregador - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado; e

Trabalhador familiar auxiliar - pessoa que trabalhou sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda na atividade econômica de membro da unidade domiciliar ou de parente que residia em outra unidade domiciliar.

Os empregados, quanto à categoria do emprego, são classificados em:

Com carteira de trabalho assinada;

Militares e funcionários públicos estatutários; ou

Sem carteira de trabalho assinada.

Classificação de ocupações

As ocupações foram categorizadas para se aproximar dos grupamentos de ocupação divulgados na PNAD Contínua. Esses grupamentos seguem a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares - COD, que foi desenvolvida pelo IBGE para as pesquisas domiciliares, tendo como referência a International Standard Classification of Occupations - ISCO-08, da Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO). Os demais níveis mais desagregados da COD não foram investigados.

Os grupamentos apresentados são:

Diretores e gerentes;

Profissionais das ciências e intelectuais;

Técnicos e profissionais de nível médio;

Trabalhadores de apoio administrativo;

Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados;

Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca;

Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios;

Operadores de instalações e máquinas e montadores;

Ocupações elementares; e

Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares.

Horas trabalhadas

As horas trabalhadas são aquelas em que a pessoa: trabalha no local de trabalho; ou trabalha fora do local de trabalho em tarefas relacionadas com a sua ocupação. As horas trabalhadas não incluem o tempo gasto nas viagens da residência para o trabalho e as pausas para as refeições.

Horas habitualmente trabalhadas por semana

As horas habitualmente trabalhadas são aquelas que a pessoa tinha o hábito ou costumava dedicar ao trabalho; portanto, independem de a pessoa ter trabalhado ou não na semana de referência. As horas habitualmente trabalhadas foram investigadas para o trabalho principal, o secundário e os demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência.

Horas efetivamente trabalhadas na semana

As horas efetivamente trabalhadas são aquelas que a pessoa, de fato, dedicou ao trabalho na semana de referência. As horas habitualmente trabalhadas foram investigadas para o trabalho principal, o secundário e os demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência.

Rendimento médio real habitual das pessoas ocupadas em todos os trabalhos

Investigou-se o rendimento mensal habitualmente recebido de todos os trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência. O deflator utilizado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE. Considerou-se como rendimento mensal habitualmente recebido do trabalho aquele que a pessoa habitualmente ganhava em um mês completo de trabalho.

Massa de rendimento médio real habitual das pessoas ocupadas em todos os trabalhos

É a soma dos rendimentos brutos habitualmente recebidos de todas as pessoas ocupadas em todos os trabalhos que tinham na semana de referência. O deflator utilizado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Rendimento médio real efetivo das pessoas ocupadas em todos os trabalhos no mês de referência

Investigou-se o rendimento efetivamente recebido no mês de referência em todos trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência.

Massa de rendimento médio real efetivo das pessoas ocupadas em todos os trabalhos

É a soma dos rendimentos brutos efetivamente recebidos no mês de referência de todas as pessoas ocupadas em todos os trabalhos que tinham na semana de referência. O deflator utilizado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Rendimento de outras fontes

O rendimento de outras fontes compreende os rendimentos, recebidos em dinheiro, que não são oriundos de trabalho da semana de referência e nem de natureza esporádica (tais como: ganho de loteria, venda de bem móvel ou imóvel, saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, restituição do imposto de renda, herança, indenização de seguro etc.). Compreende os rendimentos de:

Programa social - Rendimento do Benefício de Prestação Continuada - BPC, Bolsa Família e de outros programas sociais do governo federal, estadual ou municipal;

Auxílio emergencial relacionado ao coronavírus - Transferências de rendimentos às famílias feitas pelos governos federal, estadual ou municipal;

Aposentadoria ou pensão de instituto de previdência ou do governo federal;

Seguro-desemprego ou seguro defeso;

Pensão alimentícia, doação ou mesada;

Aluguel ou arrendamento; e

Outro rendimento.

Rendimento de todas as fontes

O rendimento de todas as fontes das pessoas de 14 anos ou mais de idade compreende a soma do rendimento mensal habitualmente recebido de todos os trabalhos e do rendimento recebido de outras fontes no mês de referência. O rendimento de todas as fontes das pessoas de menos de 14 anos de idade foi o rendimento recebido de outras fontes no mês de referência.

Rendimento domiciliar

Considerou-se como rendimento domiciliar a soma dos rendimentos de todas as fontes dos moradores do domicílio, exclusive os das pessoas cuja condição no domicílio fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimento domiciliar *per capita*

Considerou-se como rendimento domiciliar *per capita* a divisão do rendimento domiciliar pelo número de moradores do domicílio, exclusive os daqueles cuja condição no domicílio fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Indicadores de saúde

Sintoma

Pergunta-se aos moradores do domicílio se, na semana de referência, semana anterior à semana de coleta, tiveram determinados sintomas associados à síndrome gripal: febre; tosse; dor de garganta; dificuldade de respirar; dor de cabeça; dor no peito; náusea; nariz entupido ou escorrendo; fadiga; dor nos olhos; perda de cheiro ou de sabor; ou dor muscular. As repostas podiam ser: sim, não ou não sabe.

Estabelecimento de saúde

Aos moradores que tiveram ao menos algum dos sintomas na semana de referência e procuraram estabelecimento de saúde para tratamento, é pesquisado o tipo de estabelecimento procurado, assim classificado: posto de saúde, Unidade Básica de Saúde (UBS), ou Equipe de Saúde da Família; pronto socorro do SUS/UPA; hospital do SUS; ambulatório ou consultório privado ou ligado às forças armadas; pronto socorro privado ou ligado às forças armadas; ou hospital privado ou ligado às forças armadas. O morador poderia responder positivamente a mais de uma opção.

Providências para alívio dos sintomas

Aos moradores que tiveram ao menos algum dos sintomas na semana de referência e não procuraram estabelecimento de saúde para tratamento, é perguntado que providências tomou para alívio dos sintomas, assim classificadas: ficou em casa; ligou para algum profissional de saúde; comprou ou tomou remédio por conta própria; comprou ou tomou remédio por orientação médica; recebeu visita de algum profissional de saúde do SUS (equipe de saúde da família, agente comunitário etc.); recebeu visita de profissional de saúde particular; ou outra providência. O morador poderia responder positivamente a mais de uma opção.

Comentários

Indicadores de trabalho

Em julho de 2020, foram estimadas 211,1 milhões de pessoas residentes no Brasil, das quais 170,2 milhões de 14 anos ou mais de idade, que correspondem à população em idade de trabalhar. Essa última se divide em população ocupada, população desocupada e população fora da força de trabalho. Segundo os dados da PNAD COVID19, a população ocupada totalizava 83,4 milhões de pessoas no mês de junho e 81,5 milhões em julho (ou seja, redução de 2,4%) e a população desocupada passou de 11,8 milhões para 12,3 milhões de pessoas (aumento de 3,7%). Portanto, neste mesmo período, a força de trabalho, que corresponde à soma da população ocupada e a desocupada, passou de 95,3 milhões para 93,7 milhões (redução de 1,6%). Enquanto isso, o contingente de pessoas fora da força de trabalho passou de 74,9 milhões para 76,5 milhões de pessoas, o que corresponde a um aumento de 2,1%.

Tabela 1 - População residente, em idade de trabalhar, ocupada, desocupada, na força de trabalho e fora da força de trabalho na semana de referência (mil pessoas) – Brasil e Grandes Regiões – junho e julho de 2020

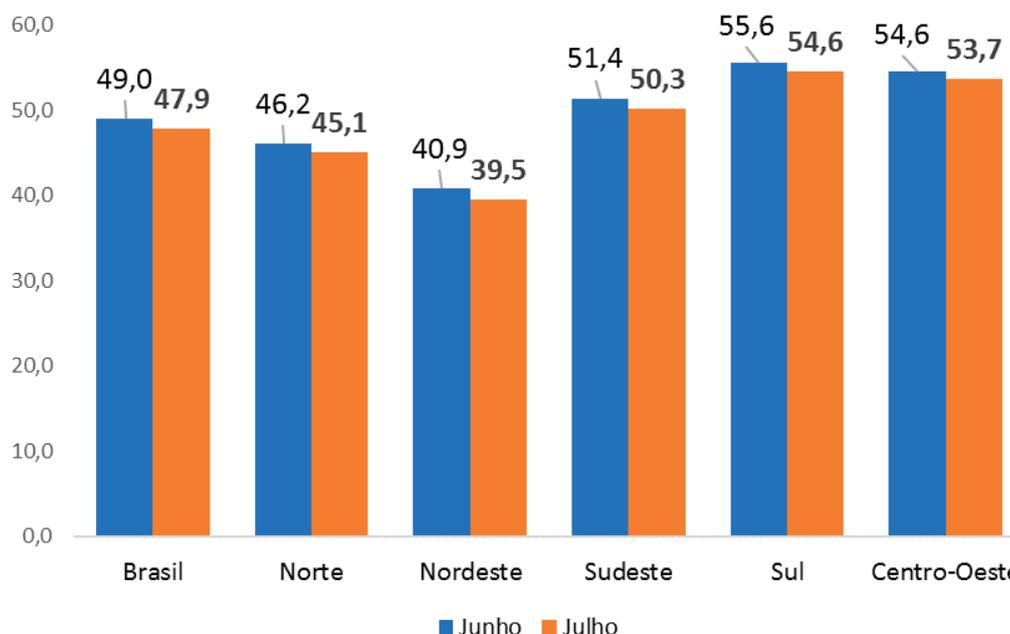
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Junho						
População residente	211 001	18 330	57 215	88 954	30 135	16 367
Pessoas de 14 anos ou mais de idade	170 146	13 893	45 463	72 982	24 762	13 046
Pessoas na força de trabalho	95 264	7 313	21 418	43 099	15 297	8 137
Pessoas ocupadas	83 449	6 413	18 591	37 546	13 774	7 126
Pessoas desocupadas	11 815	900	2 827	5 554	1 523	1 011
Pessoas fora da força de trabalho	74 882	6 580	24 045	29 883	9 465	4 908
Julho						
População residente	211 131	18 349	57 239	89 006	30 152	16 384
Pessoas de 14 anos ou mais de idade	170 209	13 914	45 429	73 030	24 778	13 059
Pessoas na força de trabalho	93 737	7 221	20 881	42 567	15 077	7 991
Pessoas ocupadas	81 484	6 271	17 948	36 717	13 529	7 018
Pessoas desocupadas	12 253	949	2 933	5 850	1 548	973
Pessoas fora da força de trabalho	76 472	6 693	24 548	30 463	9 700	5 068
Variação (%)						
População residente	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1
Pessoas de 14 anos ou mais de idade	0,0	0,2	-0,1	0,1	0,1	0,1
Pessoas na força de trabalho	-1,6	-1,3	-2,5	-1,2	-1,4	-1,8
Pessoas ocupadas	-2,4	-2,2	-3,5	-2,2	-1,8	-1,5
Pessoas desocupadas	3,7	5,4	3,7	5,3	1,6	-3,8
Pessoas fora da força de trabalho	2,1	1,7	2,1	1,9	2,5	3,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

Pessoas ocupadas

O nível da ocupação, isto é, o percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar, passou de 49,0%, em junho, para 47,9%, em julho. Para este período, apresentou redução nas estimativas em todas as Grandes Regiões, sendo as regiões Nordeste e Norte as que possuíam os menores, 39,5% e 45,1%, respectivamente. Nestas regiões, menos da metade das pessoas em idade de trabalhar estavam ocupadas no mercado de trabalho.

Gráfico 1 - Nível da ocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência - Brasil e Grandes Regiões (%) – junho-julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

Pessoas ocupadas afastadas do trabalho que tinham na semana de referência

No Brasil, em julho, dos 81,5 milhões de ocupados, 9,7 milhões estavam afastados do trabalho que tinham na semana de referência¹, das quais 6,8 milhões estavam afastados devido ao distanciamento social, representando, respectivamente, quedas de 34,0% e 42,6% em relação ao total

¹ As pessoas podem estar temporariamente afastadas do trabalho que tinham por motivos de férias, licença médica, licença para estudo, licença maternidade, entre outros motivos.

de pessoas afastadas verificadas em junho. A redução dos afastamentos do trabalho devido à pandemia também pôde ser verificada através da redução da proporção de pessoas afastadas por este motivo no total de pessoas ocupadas, que de junho para julho, passou de 14,2% para 8,3%.

Regionalmente, em julho, assim como verificado no mês anterior, o Nordeste foi o que apresentou o maior percentual de pessoas afastadas do trabalho devido ao distanciamento social, 11,1%, seguida pela Região Norte, 10,6%, enquanto a Região Sul foi a menos afetada, 5,8%. Assim como verificado para o Brasil, em todas as Grandes Regiões, a proporção de pessoas que estavam afastadas de seus trabalhos por motivo do distanciamento social reduziu de junho para julho.

Tabela 2 - Pessoas ocupadas e pessoas que estavam temporariamente afastadas do trabalho que tinham na semana de referência – Brasil e Grandes Regiões – junho-julho de 2020

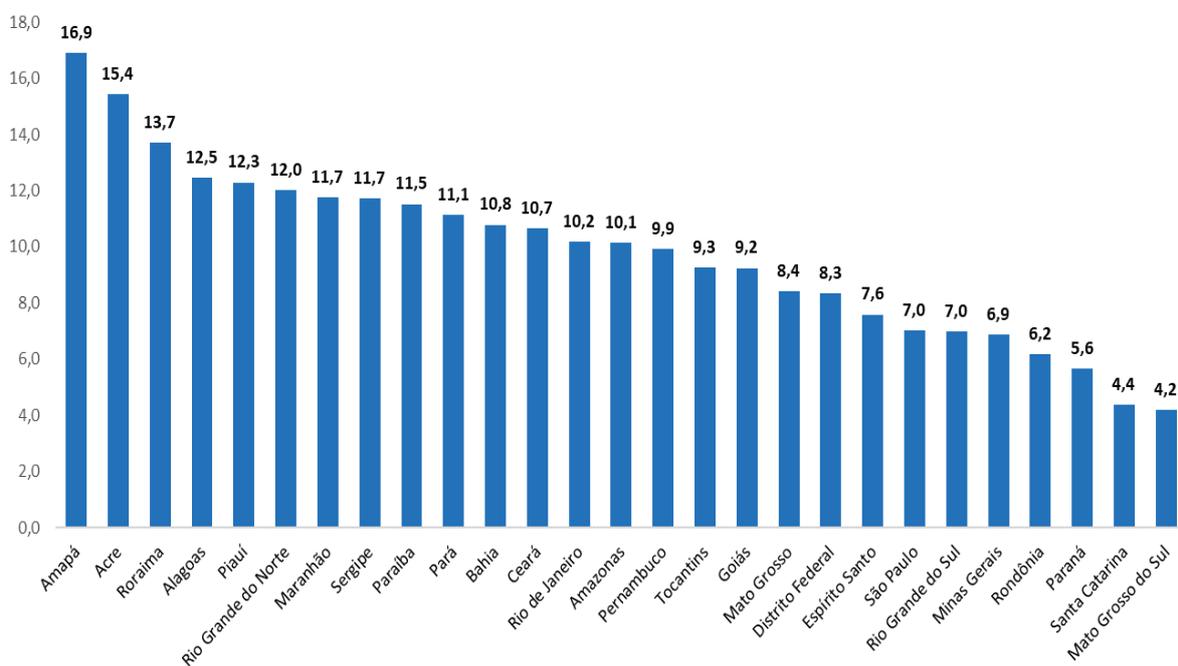
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Junho						
População ocupada (mil pessoas)	83 449	6 413	18 591	37 546	13 774	7 126
Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham (mil pessoas)	14 756	1 360	4 489	6 290	1 573	1 044
Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social (mil pessoas)	11 814	1 099	3 761	5 082	1 080	792
Percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham no total da população ocupada (%)	17,7	21,2	24,1	16,8	11,4	14,7
Percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social no total da população ocupada (%)	14,2	17,1	20,2	13,5	7,8	11,1
Julho						
População ocupada (mil pessoas)	81 484	6 271	17 948	36 717	13 529	7 018
Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham (mil pessoas)	9 737	914	2 666	4 003	1 264	890
Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social (mil pessoas)	6 784	668	1 984	2 780	788	564
Percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham no total da população ocupada (%)	11,9	14,6	14,9	10,9	9,3	12,7
Percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social no total da população ocupada (%)	8,3	10,6	11,1	7,6	5,8	8,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

Por Unidades da Federação, o Amapá foi o que apresentou, com folga, a maior proporção da população ocupada que estava afastada do trabalho que tinha devido ao distanciamento social,

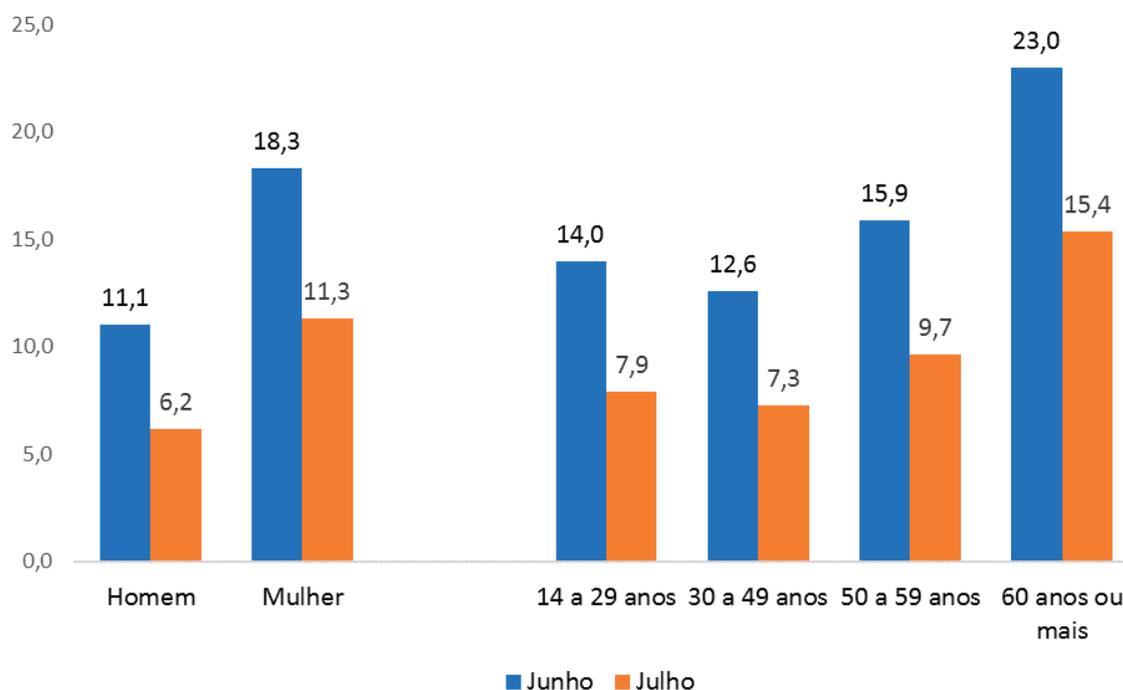
16,9%. Praticamente metade das Unidades da Federação (13) tiveram percentuais abaixo de 10%. Em quase todas as Unidades da Federação o percentual de pessoas ocupadas afastadas do trabalho devido ao distanciamento social foi menor que o registrado em junho. As exceções foram: Amapá, Rio Grande do Sul e Rondônia.

Gráfico 2 – Percentual de pessoas ocupadas que estavam temporariamente afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social na semana de referência no total da população ocupada – Unidades da Federação – Julho de 2020



Por grupos de idade foi verificado que as pessoas com 60 anos ou mais de idade ainda eram as proporcionalmente mais afastadas do trabalho que tinham em função da pandemia. No Brasil, em junho, 23,0% das pessoas de 60 anos ou mais estavam afastadas do trabalho, em julho a proporção reduziu para 15,4%. Aliás, em todos os grupos etários, reduziu o percentual de afastamento por este motivo. Por sexo, as mulheres tiveram maior percentual de afastamento devido a pandemia, que em julho ficou em 11,3% (em junho tinha sido de 18,3%) enquanto para os homens ficou em 6,2% (11,1% em junho).

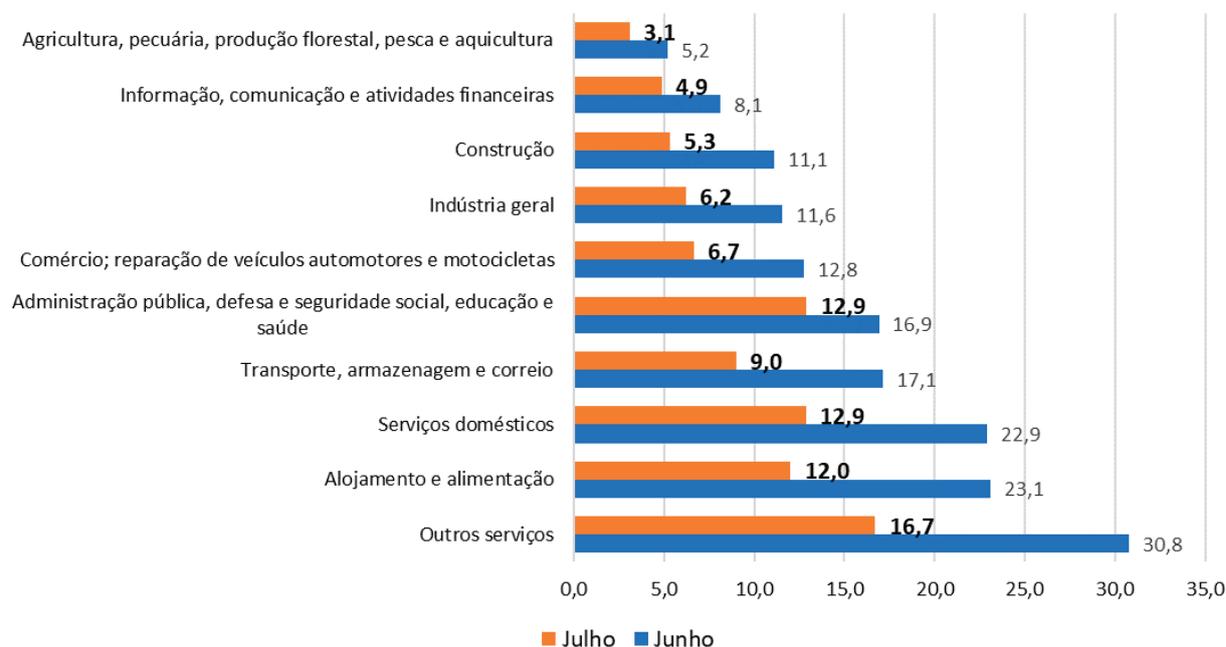
Gráfico 3 - Percentual de pessoas ocupadas que estavam temporariamente afastadas do trabalho que tinham na semana de referência no total de pessoas ocupadas, por sexo e grupos de idade – Brasil – junho e julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

Em relação aos grupamentos de atividade, o da *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* continuou registrando o menor percentual de pessoas afastadas (3,1%), enquanto os grupamentos dos *Outros serviços* (16,7%), *Serviço doméstico* (12,9%), *Administração pública, defesa e seguridade social, educação e saúde* (12,9%) e *Alojamento e alimentação* (12,0%) foram os que tiveram maior proporção de pessoas afastadas do trabalho. Em todos os grupamentos houve redução, de um mês para o outro, na proporção de pessoas afastadas devido ao distanciamento social, com destaque para o setor de *Outros Serviços* (redução de 14,1 pontos percentuais).

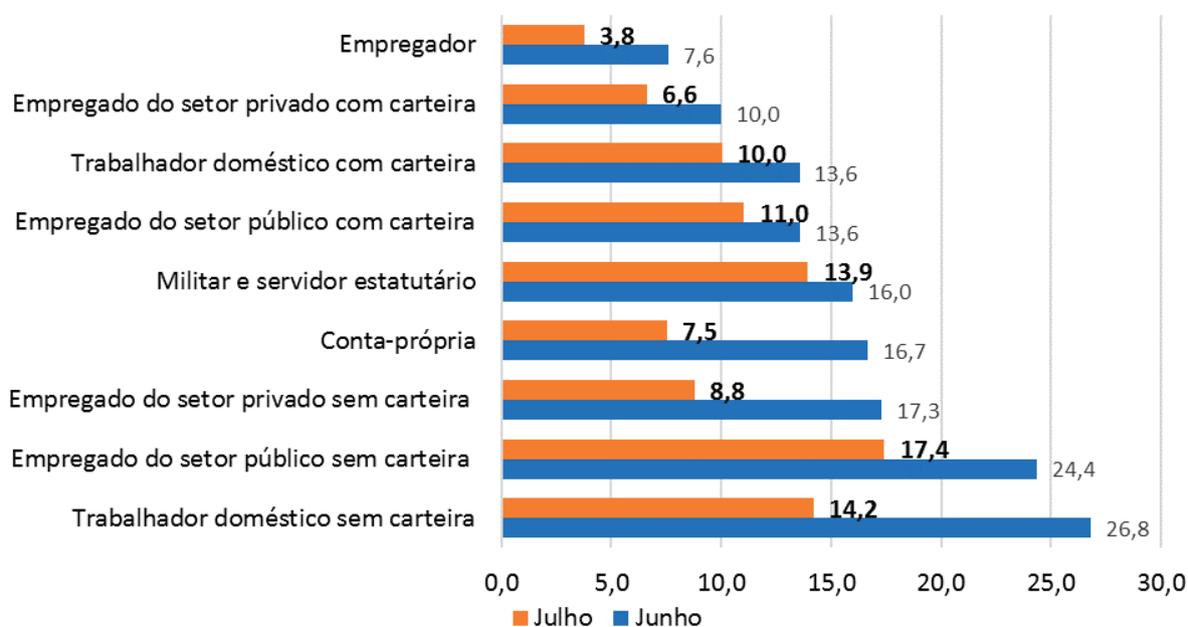
Gráfico 4 - Percentual de pessoas ocupadas que estavam temporariamente afastadas do trabalho que tinham na semana de referência no total de pessoas ocupadas, por grupamentos de atividade – Brasil – junho e julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

Em relação à posição na ocupação e categoria do emprego os dados mostraram que, de uma forma geral, os trabalhadores do setor privado e empregadores, nesse ambiente de início de retomada, figuram entre as categorias menos afastadas proporcionalmente de suas ocupações. Para Brasil, os empregadores continuaram a registrar o menor percentual de pessoas afastadas devido à pandemia (3,8%), seguido pelos empregados do setor privado com carteira (6,6%), os trabalhadores por conta própria (7,5%), e os empregados do setor privado sem carteira (8,8%). Em relação a junho, houve redução na proporção de pessoas afastadas em todas as categorias de posição na ocupação, entretanto a queda foi mais fortemente observada entre os trabalhadores domésticos sem carteira (redução de 12,6 p.p.), os trabalhadores por conta-própria (redução de 9,2 p.p.), os empregados do setor privado sem carteira (redução de 8,5 p.p.) e os empregados do setor público sem carteira (redução de 7,0 p.p.), justamente as categorias que se viram mais afastadas do trabalho que tinham no início da pandemia.

Gráfico 5 - Percentual de pessoas ocupadas que estavam temporariamente afastadas do trabalho que tinham na semana de referência devido ao distanciamento social no total de pessoas ocupadas, por posição e categoria da ocupação – Brasil – junho e julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

Foi verificado que entre os ocupados que estavam afastados do trabalho que tinham na semana de referência no Brasil (9,7 milhões), aproximadamente 3,2 milhões de pessoas estavam sem a remuneração do trabalho, este total representava 32,4% do total de pessoas afastadas do trabalho que tinham, em junho este percentual chegou a 48,4%. A Região Sul teve o menor percentual, 29,4% e a Região Norte, o maior percentual, 37,8%. Houve redução do percentual de pessoas nestas condições em todas as Grandes Regiões quando comparadas ao mês de junho.

Tabela 3 - Pessoas ocupadas e pessoas que estavam temporariamente afastadas do trabalho que tinham na semana de referência – Brasil e Grandes Regiões – junho e julho de 2020

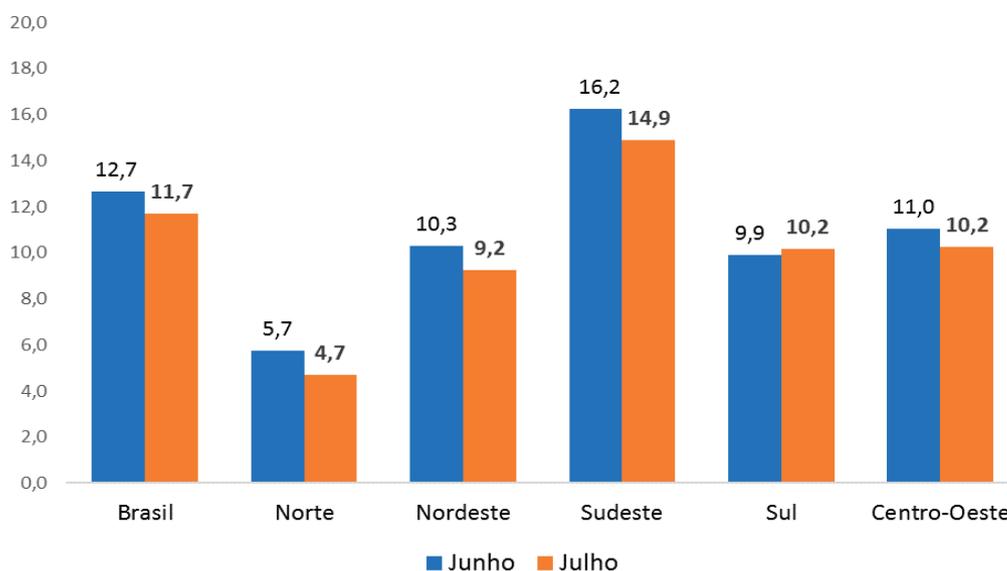
Pessoas ocupadas (mil pessoas)	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Junho						
Total	83 449	6 413	18 591	37 546	13 774	7 126
Afastadas do trabalho que tinham (A)	14 756	1 360	4 489	6 290	1 573	1 044
Sem remuneracao (B)	7 148	673	2 324	3 047	642	462
(B) / (A)	48,4	49,4	51,8	48,4	40,8	44,3
Julho						
Total	81 484	6 271	17 948	36 717	13 529	7 018
Afastadas do trabalho que tinham (A)	9 737	914	2 666	4 003	1 264	890
Sem remuneracao (B)	3 156	345	924	1 240	371	274
(B) / (A)	32,4	37,8	34,7	31,0	29,4	30,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

Pessoas ocupadas trabalhando remotamente

Em julho, do total de ocupados, 71,7 milhões não estavam afastados do trabalho que tinham, ou 88,1% dos ocupados (em junho 82,3% não estavam afastados). Entre os não afastados havia aqueles que estavam trabalhando de forma remota (à distância, *home office*) que representavam 8,4 milhões de pessoas, 11,7% da população ocupada que não estava afastada. A Região Norte foi a que apresentou o menor percentual de pessoas ocupadas trabalhando remotamente (4,7%) e a Região Sudeste foi a que apresentou o maior percentual (14,9%) de pessoas trabalhando remotamente.

Gráfico 6 - Percentual de pessoas ocupadas não afastadas que estavam trabalhando de forma remota no total de pessoas ocupadas e não afastadas – Brasil – junho e julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

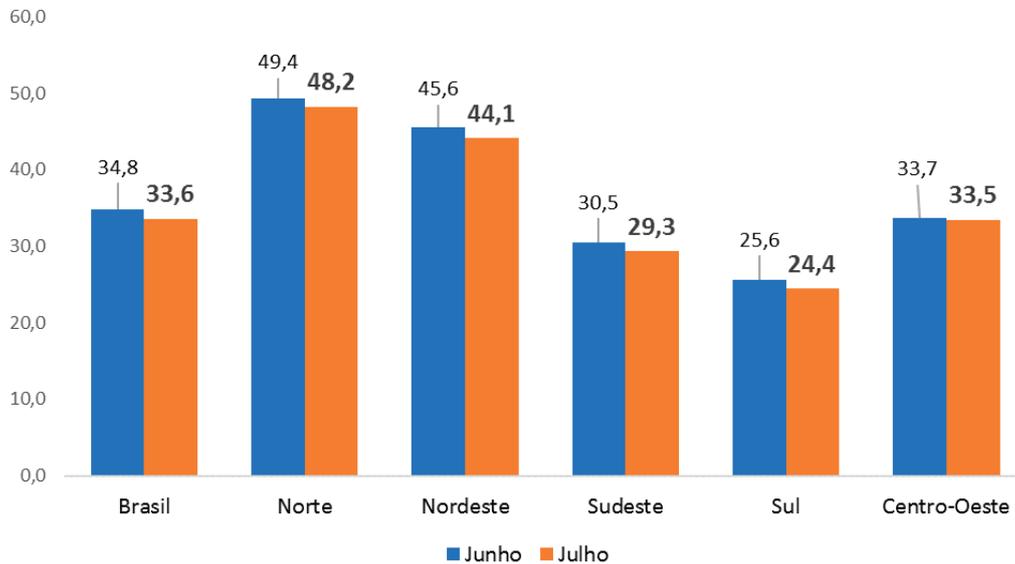
Por sexo, o percentual de mulheres que trabalharam remotamente foi 16,4%, superior ao registrado pelos homens (8,6%), por grupos de idade não houve grandes disparidades (10,1% para pessoas de 14 a 29 anos; 12,6% para 30 a 49 anos; 11,0% para 50 a 59 anos e 12,8% para pessoas com 60 anos ou mais), entretanto, por nível de escolaridade, verificou-se que quanto maior o nível de instrução maior foi o percentual de pessoas que trabalhavam remotamente. Entre as pessoas sem instrução ao fundamental incompleto e para os com fundamental completo ao médio incompleto os percentuais foram muito baixos (0,5% e 1,3%, respectivamente), entretanto para as pessoas com nível superior completo ou pós-graduação, 35,0% estavam trabalhando remotamente. Para aqueles com médio completo ao superior incompleto o percentual ficou em 6,7%. Em todas as Grandes Regiões a relação direta entre trabalho remoto e o nível de escolaridade foi observada, com destaque para a Região Sudeste, onde 40,1% das pessoas com nível superior completo ou pós-graduação estavam nesta condição. A proporção de pessoas trabalhando remotamente reduziu entre maio e julho, considerando quaisquer das características pessoais analisadas.

Informalidade

A pesquisa aponta ainda que o número de pessoas consideradas como trabalhadores informais foi de 27,4 milhões de pessoas em julho, equivalente a 33,6% do total de ocupados, não

havendo variação significativa em relação a junho. Na região Norte 48,2% das pessoas ocupadas eram informais e 44,1% no Nordeste.

Gráfico 7 – Proxy da taxa de informalidade da população ocupada – Brasil – junho e julho de 2020

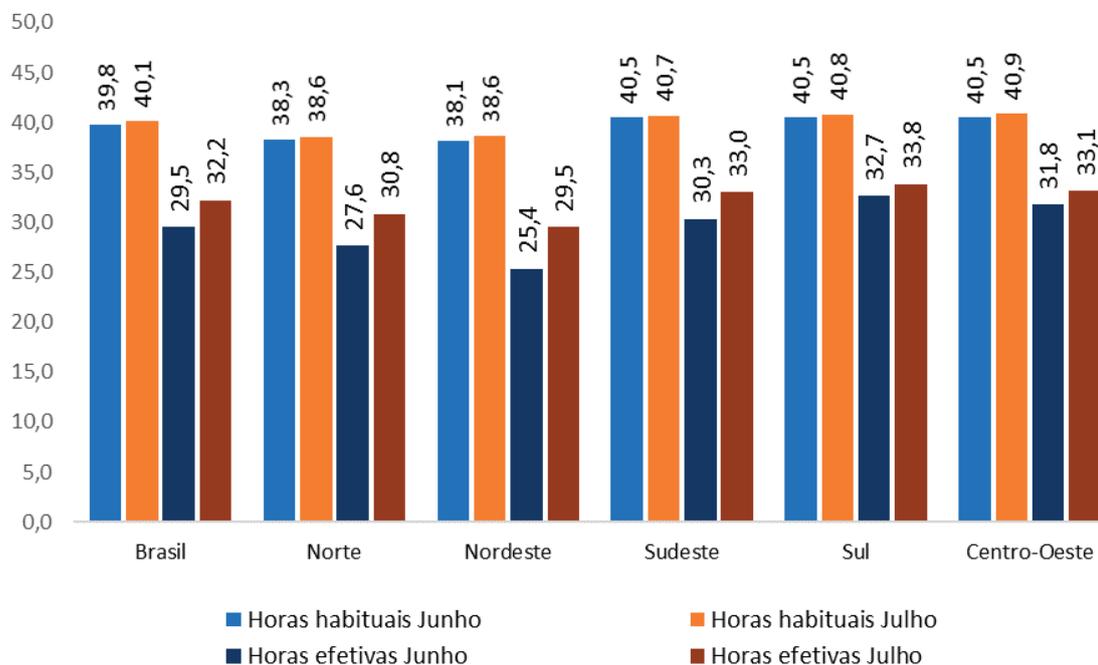


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

Horas semanais trabalhadas

No Brasil e em todas as Grandes Regiões voltou a haver aumento do número de horas trabalhadas para as pessoas que estavam ocupadas, refletindo a retomada gradual das atividades. O número médio de horas habituais foi de 40,1 horas por semana e as que de fato foram trabalhadas na semana de referência foi, em média, de 32,2 horas. A maior disparidade entre as horas habituais e efetivas foi verificada na região Nordeste (9,1 horas de diferença). Na comparação com junho, as horas efetivas apresentaram aumento em todas as Grandes Regiões. Considerando o sexo, em julho, as mulheres apresentaram diferença entre as horas semanais habituais e efetivas de todos os trabalhos em 9,3 horas, para os homens a diferença foi de 6,8 horas.

Gráfico 8 - Número médio de horas habitualmente e efetivamente trabalhadas em todos os trabalhos na semana de referência – Brasil e Grandes Regiões – junho e julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

No Brasil, em julho, 24,7% das pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho que tinham, trabalharam efetivamente menos horas que as habituais (17,7 milhões de pessoas). Entretanto, para 2,8 milhões de pessoas, o número de horas efetivamente trabalhadas foi maior que as horas de habituais, o que correspondia a 3,9% das pessoas ocupadas e não afastadas. Entre as Grandes Regiões, este percentual variou de 3,0% no Sul a 4,5% no Sudeste.

Rendimento de trabalho

Em relação ao rendimento de todos os trabalhos, ainda foi verificada diferença entre o que as pessoas habitualmente recebiam e o que efetivamente receberam, entre as pessoas que tinham rendimento de trabalho. Em julho, o rendimento habitual de todos os trabalhos ficou, em média, em R\$ 2.377, para Brasil, e o efetivo em R\$ 2.077, ou seja, o efetivo representava 87,4% do habitualmente recebido, em junho correspondia a 83,4%. Nas regiões Sudeste e Nordeste foram registradas as maiores diferenças, ou seja, o rendimento efetivo de todos os trabalhos representava, respectivamente, 86,6% e 87,2%, do que habitualmente era recebido, abaixo da média nacional. De

junho para julho, embora o rendimento habitual praticamente não tenha variado, já se observa um aumento do rendimento efetivo para Brasil (6,5%) e em todas as Grandes Regiões, sendo a Nordeste a com maior variação (10,0%).

Tabela 4 - Rendimento médio real normalmente e efetivamente recebido de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho (R\$) – Brasil e Grandes Regiões – junho e julho de 2020

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Junho						
Rendimento medio real normalmente recebido de todos os trabalhos (R\$) (A)	2340	1807	1687	2641	2523	2560
Rendimento medio real efetivamente recebido de todos os trabalhos (R\$) (B)	1951	1539	1376	2177	2148	2224
Razao dos rendimentos (B) / (A)	83,4	85,1	81,6	82,4	85,1	86,9
Julho						
Rendimento medio real normalmente recebido de todos os trabalhos (R\$) (A)	2377	1820	1736	2678	2534	2601
Rendimento medio real efetivamente recebido de todos os trabalhos (R\$) (B)	2077	1642	1513	2319	2222	2342
Razao dos rendimentos (B) / (A)	87,4	90,2	87,2	86,6	87,7	90,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

A massa de rendimento médio real normalmente recebido passou de R\$ 192,3 bilhões em junho para R\$ 190,5 bilhões em julho. A redução na massa se deveu à queda da população ocupada. Entretanto, considerando o rendimento efetivo, houve aumento da massa de rendimento (3,9%).

Tabela 5 - Massa de rendimento médio real normalmente e efetivamente recebido em todos os trabalhos das pessoas com rendimento – Brasil e Grandes Regiões – junho e julho de 2020

Em milhões (R\$)	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Junho						
Massa de rendimento medio real normalmente recebido de todos os trabalhos (R\$)	192.289	11.115	30.771	98.279	34.048	18.077
Massa do rendimento medio real efetivamente recebido de todos os trabalhos (R\$)	160.292	9.464	25.105	81.028	28.985	15.709
Julho						
Massa de rendimento medio real normalmente recebido de todos os trabalhos (R\$)	190.499	10.906	30.522	97.433	33.568	18.069
Massa do rendimento medio real efetivamente recebido de todos os trabalhos (R\$)	166.512	9.839	26.606	84.368	29.428	16.271

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

Considerando a posição na ocupação no trabalho único ou principal que a pessoa tinha na semana de referência, os trabalhadores por conta própria e os empregadores foram o que tiveram os maiores registros de diferença entre os rendimentos habitualmente e os efetivamente recebidos, 72,3% e 76,9%, respectivamente.

Tabela 6 – Rendimento médio real normalmente e efetivamente recebido em todos os trabalhos das pessoas com rendimento por posição na ocupação – Brasil – junho e julho de 2020

	Rendimento habitual		Rendimento efetivo		Razao efetivo/habitual
	Junho	Julho	Junho	Julho	Julho
Empregado do setor privado	2141	2147	1916	1971	91,8
Trabalhador domestico	949	986	716	811	82,2
Empregado no setor publico (inclusive servidor estatutario e militar)	3647	3675	3543	3613	98,3
Empregador	6076	5992	4296	4611	76,9
Conta-propria	1841	1912	1171	1382	72,3

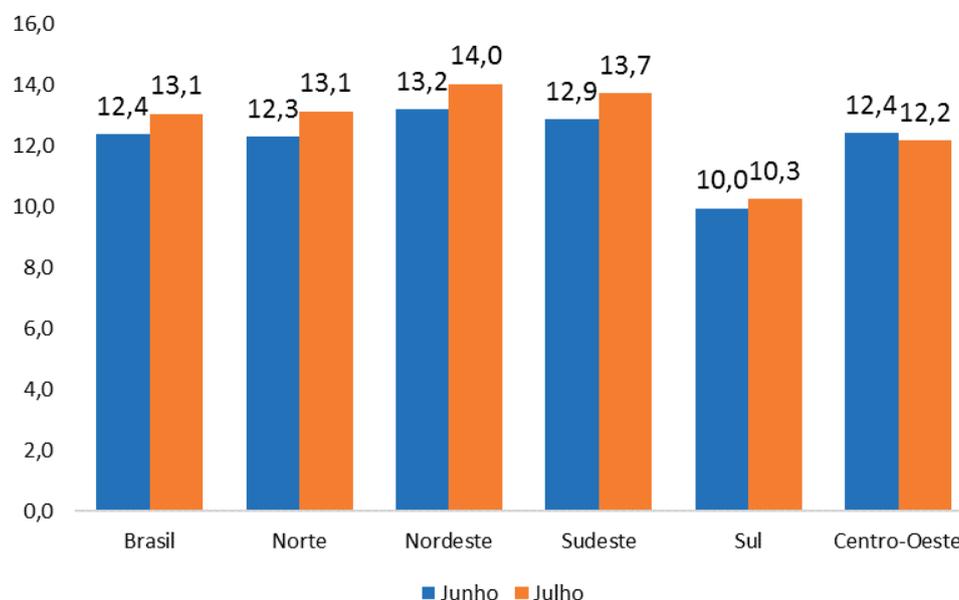
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

Pessoas desocupadas

O total de pessoas desocupadas em julho foi de 12,3 milhões de pessoas, 3,7% acima do total de junho (em termos absolutos, equivale a 438 mil pessoas). A Região Centro-Oeste foi a única a apresentar queda da população desocupada (-3,8%). As Regiões Norte (5,4%) e Sudeste (5,3%) apresentaram as maiores variações.

No Brasil, segundo os resultados da PNAD COVID, a taxa de desocupação aumentou em 0,7 pontos percentuais de junho para julho (passou de 12,4% para 13,1%). A taxa em julho foi maior que em junho em todas as Grandes Regiões, exceto na Região Centro-Oeste, cujos valores, em ordem decrescente, em julho foram: Nordeste (14,0%), Sudeste (13,7%), Norte (13,1%), Centro-Oeste (12,2%), e Sul (10,3%).

Gráfico 9 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência - Brasil e Grandes Regiões (%) – junho e julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

A taxa de desocupação entre as mulheres foi de 15,4%, maior que a dos homens (11,3%), a diferença também foi verificada em todas as Grandes Regiões. Por cor ou raça, no Brasil e em todas as Grandes Regiões a taxa era maior entre as pessoas de cor preta ou parda (14,7%) do que para brancos (11,1%), os mais jovens apresentaram taxas de desocupação maiores (22,1% para aqueles de 14 a 29 anos de idade) e, por nível de escolaridade, aqueles com nível superior completo ou pós-graduação tiveram as menores taxas (6,7%).

População fora da força de trabalho

No Brasil, a população fora da força de trabalho, em julho, foi estimada em 76,5 milhões de pessoas (+2,1% em relação a junho). Deste total, 36,9% (28,2 milhões) gostariam de trabalhar, mas não buscou trabalho e 24,8% (19,0 milhões) não buscou trabalho devido à pandemia ou à falta de trabalho na localidade, mas gostaria de trabalhar. Em junho, 66,7% das pessoas que embora quisessem trabalhar não o fizeram alegaram que o principal motivo estava relacionada à pandemia ou à falta de trabalho na localidade, em julho, esta proporção sobe para 67,0%.

Tabela 7 - Total de pessoas de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho que gostariam de trabalhar, mas não buscaram trabalho, e de pessoas fora da força de trabalho que gostariam de trabalhar, mas não buscaram trabalho devido à pandemia ou à falta de trabalho na localidade, na semana de referência – Brasil e Grandes Regiões (%) – junho e julho de 2020

Pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho (mil pessoas)	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Junho						
Gostariam de trabalhar na semana anterior, mas não procuraram trabalho (A)	26 731	2 958	10 742	9 354	2 092	1 585
Gostariam de trabalhar na semana anterior, mas não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade (B)	17 822	1 978	7 693	6 207	1 060	884
(A) / pessoas fora da força de trabalho	35,7	45,0	44,7	31,3	22,1	32,3
(B) / pessoas fora da força de trabalho	23,8	30,1	32,0	20,8	11,2	18,0
(B) / (A)	66,7	66,9	71,6	66,4	50,7	55,8
Julho						
Gostariam de trabalhar na semana anterior, mas não procuraram trabalho (A)	28 251	3 052	11 311	9 898	2 266	1 724
Gostariam de trabalhar na semana anterior, mas não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade (B)	18 932	2 000	8 154	6 555	1 214	1 008
(A) / pessoas fora da força de trabalho	36,9	45,6	46,1	32,5	23,4	34,0
(B) / pessoas fora da força de trabalho	24,8	29,9	33,2	21,5	12,5	19,9
(B) / (A)	67,0	65,5	72,1	66,2	53,6	58,5

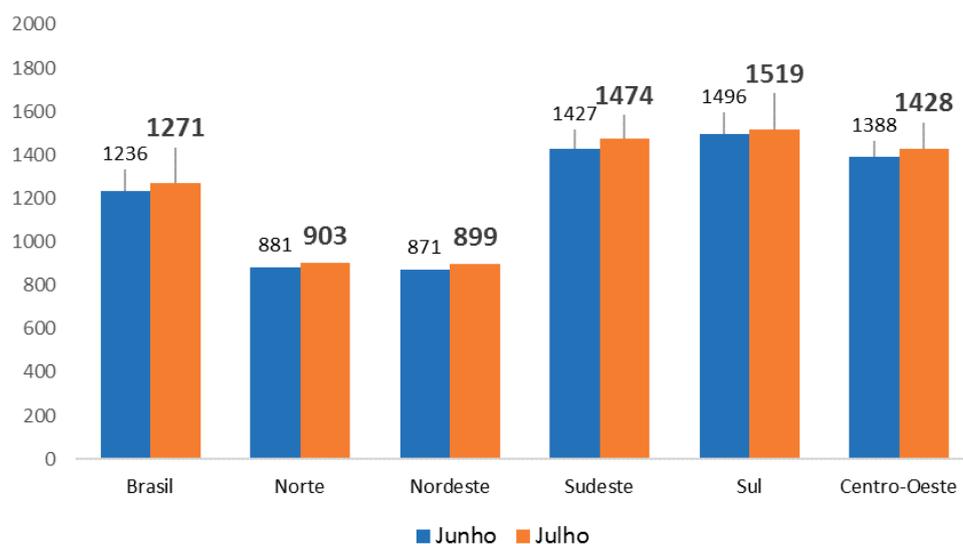
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

Ao somarmos a população fora da força de trabalho que gostaria de trabalhar, mas que não procurou trabalho com a população desocupada, chega-se a um total de 40,5 milhões de pessoas que estão pressionando o mercado de trabalho em busca de alguma ocupação ou que estariam se tivessem procurado trabalho. Quando o motivo de não ter procurado trabalho estava relacionado à pandemia ou à falta de trabalho na localidade, o total de pessoas foi de 31,2 milhões de pessoas, quando somados aos desocupados.

Rendimento domiciliar *per capita* e auxílio emergencial

O rendimento médio real domiciliar *per capita* efetivamente recebido (R\$), no Brasil, em julho, foi de R\$ 1.271, ou seja, 2,9% acima do valor de junho (R\$1.236). As regiões Nordeste e Norte apresentaram os menores valores, R\$ 899 e R\$ 903, respectivamente.

Gráfico 10 - Rendimento real domiciliar *per capita* médio efetivamente recebido (R\$) – Brasil e Grandes Regiões – junho e julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

Em julho, no Brasil, o rendimento médio domiciliar *per capita* dos domicílios onde nenhum dos moradores recebia algum auxílio do governo concedido em função da pandemia (R\$ 1.760) era, em média, mais de duas vezes superior ao daqueles onde algum morador recebia o auxílio (R\$ 797). Essa proporção se manteve nas Grandes Regiões.

Tabela 9 - Rendimento real domiciliar *per capita* médio efetivamente recebido nos domicílios onde algum morador recebia algum auxílio e em domicílios onde ninguém recebia (R\$) – Brasil e Grandes Regiões – junho e julho de 2020

Brasil e Grandes Regiões	Rendimento medio domiciliar <i>per capita</i> (R\$)			
	Alguem recebe auxilio emergencial		Ninguem recebe auxilio emergencial	
	Junho	Julho	Junho	Julho
Brasil	765	797	1698	1760
Norte	670	692	1302	1342
Nordeste	635	659	1318	1366
Sudeste	849	894	1837	1914
Sul	952	975	1783	1822
Centro-Oeste	890	911	1815	1886

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

A proporção de domicílios que recebeu algum auxílio relacionado à pandemia, no Brasil, passou de 43,0% para 44,1% em julho, com valor médio do benefício em R\$ 896 por domicílio. O percentual de domicílios recebendo o auxílio aumentou em todas as Grandes Regiões. As Regiões Norte e Nordeste foram as que apresentaram os maiores percentuais, 60,6% e 59,6%, respectivamente. Entre os auxílios estão o Auxílio Emergencial² e a complementação do Governo pelo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda³.

Tabela 10 - Percentual de domicílios que receberam algum auxílio do governo relacionado à pandemia e o valor médio recebido no domicílio – Brasil e Grandes Regiões – junho e julho de 2020

Brasil e Grandes Regiões	Percentual de domicílios que recebem auxilio relacionado a pandemia no total de domicílios (%)		Valor medio do auxilio (R\$)	
	Junho	Julho	Junho	Julho
Brasil	43,0	44,1	885	896
Norte	60,0	60,6	961	973
Nordeste	58,9	59,6	955	960
Sudeste	35,9	37,2	829	847
Sul	29,7	30,9	806	829
Centro-Oeste	41,4	41,9	837	840

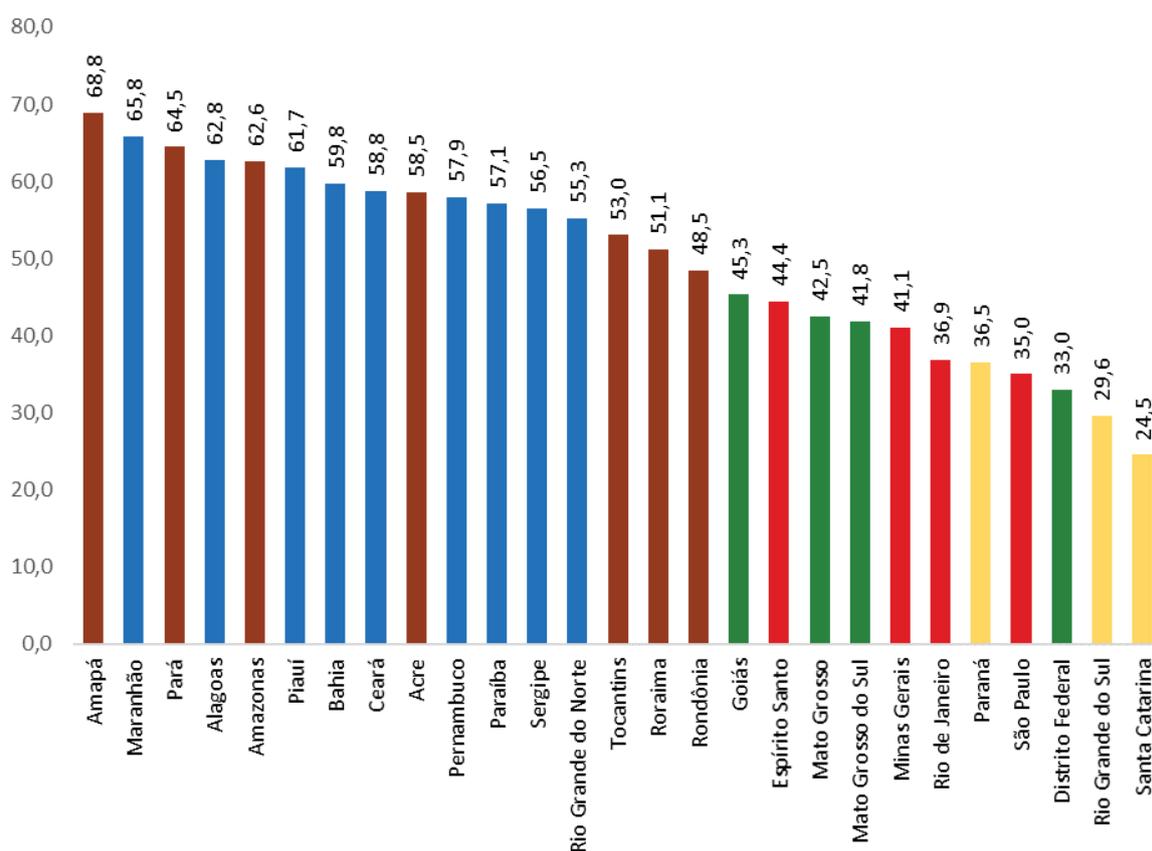
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 junho-julho/2020.

² Benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19.

³ Programa que permite a redução de salário e jornada por até três meses, e a suspensão de contratos por até dois meses.

Conforme já observado, os Estados das Regiões Norte e Nordeste, foram os que apresentaram as maiores proporções de domicílios onde um dos moradores é beneficiário de programa de auxílio emergencial. Da Região Norte, três estados estão entre os cinco primeiros com maior percentual: Amapá (68,8%); Maranhão (65,8%); Pará (64,5%); Alagoas (62,8%) e Amazonas (62,6%). Na sequência os demais Estados do Nordeste e Norte, todos, exceto Rondônia (48,5%), com mais da metade dos domicílios recebendo auxílio emergencial, enquanto os Estados das demais Grandes Regiões, todos abaixo de 50%. Na Região Sul, os Estados do Rio Grande do Sul (29,6%) e de Santa Catarina (24,5%) apresentaram as menores proporções.

Gráfico 11 - Percentual de domicílios que receberam algum auxílio do governo relacionado à pandemia – Unidade da Federação - julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 julho/2020.

Indicadores de saúde

A PNAD COVID19, em sua parte de saúde, investiga a ocorrência de alguns dos principais sintomas associados à síndrome gripal e, conseqüentemente, à COVID19. Na pesquisa, todas as semanas, é perguntado para todos os moradores do domicílio, se na semana anterior à entrevista, algum deles apresentou: febre; tosse; dor de garganta; dificuldade de respirar; dor de cabeça; dor no peito; náusea; nariz entupido ou escorrendo; fadiga; dor nos olhos; perda de cheiro ou de sabor; e dor muscular. É importante destacar que a identificação de ter ou não apresentado o sintoma é feita pelo morador do domicílio e que não se pressupõe ter um diagnóstico médico, ou seja, os sintomas são referidos pelo morador.

Em decorrência da pandemia de COVID19, muitos estudos⁴ na área da saúde têm identificado alguns sintomas que podem estar mais associados à presença do vírus COVID19. Neste sentido, e seguindo esta literatura, foi possível conjugar os sintomas de forma a apresentar um indicador síntese de pessoas que referiram ter algum dos sintomas conjugados. Os sintomas utilizados foram:

- perda de cheiro ou de sabor; ou
- tosse e febre e dificuldade para respirar; ou
- tosse e febre e dor no peito.

Os resultados apresentados terão como foco a presença de algum dos sintomas de síndromes gripais, assim como o indicador síntese de sintomas conjugados.

No mês de julho, a PNAD COVID19 estimou que 13,8 milhões de pessoas (ou 6,5% da população) apresentaram algum dos sintomas pesquisados de síndromes gripais, em maio eram 11,4% da população com algum sintoma e em junho, 7,3%. O sintoma de perda de cheiro ou de sabor foi referido por 0,8% da população, equivalente a 1,8 milhões de pessoas, já ter tido tosse, febre e dificuldade para respirar, assim como tosse, febre e dor no peito foi declarado por 0,3% da população, respectivamente 666 e 540 mil pessoas. Em termos do indicador síntese, 2,1 milhões de pessoas (ou 1,0% da população) apresentaram sintomas conjugados de síndrome gripal que podiam estar associados à COVID-19 (perda de cheiro ou sabor ou febre, tosse e dificuldade de respirar ou febre, tosse e dor no peito).

⁴ As referências da literatura se encontram no final do texto.

Tabela 11 - Pessoas que informaram ter apresentado algum dos sintomas no total da população, por tipo de sintoma (%) - Brasil - maio a julho de 2020

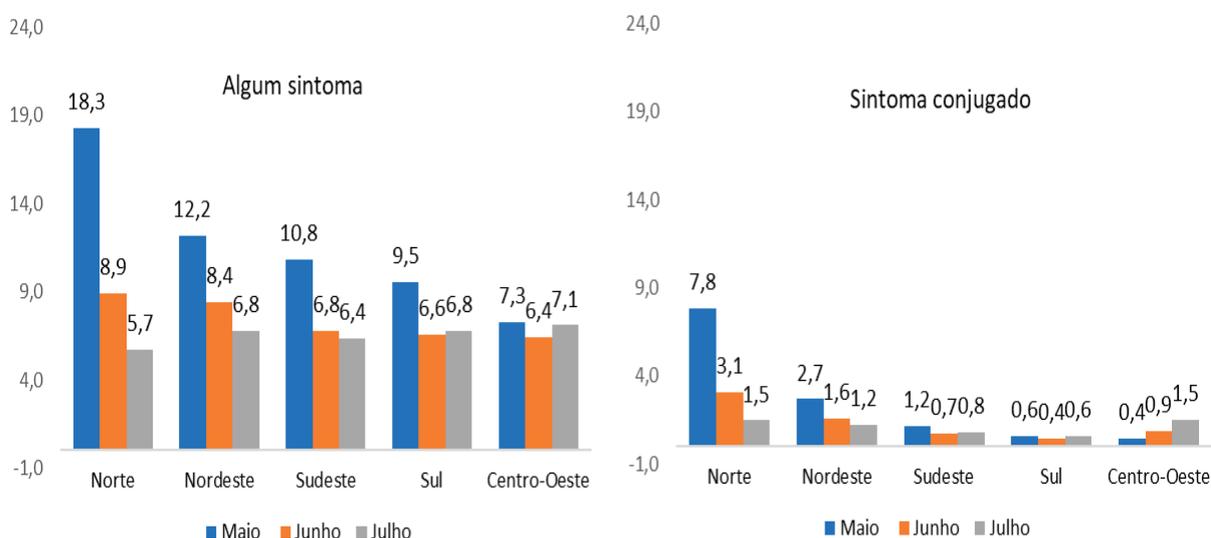
Pessoas que apresentaram algum dos sintomas de síndrome gripal	Maio	Junho	Julho
Mil pessoas			
Algum sintoma	24 012	15 506	13 793
Perda de cheiro ou de sabor	3 870	2 156	1 787
Tosse, febre e dificuldade para respirar	1 037	703	666
Tosse, febre e dor no peito	991	580	540
Sintomas referenciados conjugados	4 245	2 392	2 079
Percentual na população total			
Algum sintoma	11,4	7,3	6,5
Perda de cheiro ou de sabor	1,8	1,0	0,8
Tosse, febre e dificuldade para respirar	0,5	0,3	0,3
Tosse, febre e dor no peito	0,5	0,3	0,3
Sintomas referenciados conjugados	2,0	1,1	1,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 maio-julho/2020.

Com relação às Grandes Regiões, em maio e junho, a Região Norte havia apresentado o maior percentual de pessoas com algum sintoma de síndrome gripal (8,9%, equivalente a 1,6 milhões de pessoas em junho), entretanto, em julho a Região Centro-Oeste, que tinha o menor percentual naqueles meses, passou a frente, ficando com 7,1% de pessoas com algum sintoma.

No que se refere ao percentual de pessoas com algum dos sintomas conjugados, a Região Centro-Oeste igualou ao da Região Norte com 1,5%, apontando tendência de crescimento nos três meses pesquisados.

Gráfico 11 - Percentual de pessoas que informaram ter apresentado algum dos sintomas pesquisados ou algum dos sintomas conjugados, no total da população (%) - Brasil e Grandes Regiões - maio a julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 maio-julho/2020.

Entre as pessoas que apresentaram algum dos sintomas pesquisados de síndromes gripais, 57,3% eram mulheres, 49,5% tinham entre 30 e 59 anos, 56,6% se declararam de cor preta ou parda e 35,1% eram sem instrução ou com fundamental incompleto. Em relação ao sexo, observou-se tendência de crescimento na participação de mulheres com algum sintoma, e o mesmo foi verificado para as pessoas de 60 anos ou mais de idade, em maio 14,8% das pessoas com algum sintoma situavam-se neste grupo etário, passando para 15,8% em junho e para 16,4% em julho. A população sem instrução também teve aumento na participação entre as pessoas com algum sintoma, passando de 32,8% em maio pra 35,1% em julho.

Já entre as pessoas que apresentaram algum dos sintomas conjugados, as mulheres representaram 57,4%. Em relação a cor ou raça, a participação das pessoas pretas ou pardas entre os que apresentaram algum dos sintomas conjugados caiu ao longo dos três meses, passando de 70,0% para 62,1%. Pela distribuição etária, o maior percentual foi entre as pessoas de 30 e 59 anos (54,4%), seguido pelo grupo entre 0 e 29 anos (33,9%) e pelos idosos com 60 anos ou mais (11,6%).

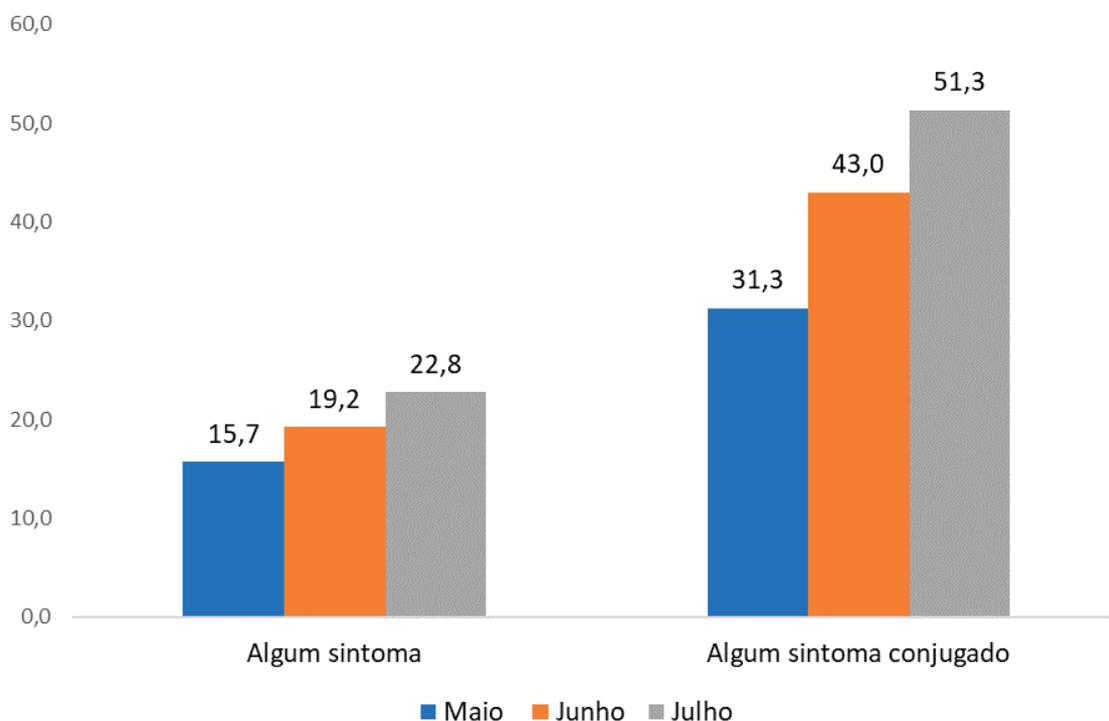
Tabela 11 - Distribuição das pessoas que apresentaram algum dos sintomas pesquisados ou algum dos sintomas conjugados, por sexo, grupos de idade, cor ou raça e nível de instrução - Brasil – maio a julho de 2020

Sexo, grupos de idade, cor ou raça e nível de instrução	Distribuição da população	Distribuição das pessoas com:					
		Algum sintoma			Algum sintoma conjugado		
		Julho	Maio	Junho	Julho	Maio	Junho
Homem	48,9	43,3	43,1	42,7	42,6	42,2	42,6
Mulher	51,1	56,7	56,9	57,3	57,4	57,8	57,4
0 a 29 anos	44,5	34,6	34,0	34,2	33,7	34,4	33,9
30 a 59 anos	41,3	50,6	50,2	49,5	55,2	54,8	54,4
60 anos ou mais	14,3	14,8	15,8	16,4	11,1	10,8	11,6
Branca	44,0	40,3	40,7	42,2	28,3	30,3	36,5
Preta ou parda	55,0	58,2	58,0	56,6	70,0	68,3	62,1
Sem instrução ao fundamental incompleto	41,3	32,8	34,7	35,1	28,3	29,9	28,9
Fundamental completo ao médio incompleto	16,0	16,3	15,9	16,6	19,2	18,0	19,1
Médio completo ao superior incompleto	29,7	34,8	33,6	32,8	40,0	39,6	37,7
Superior completo ou pós-graduação	13,0	16,0	15,8	15,5	12,5	12,5	14,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 maio-julho/2020.

Em julho, cerca de 22,8% (ou 3,1 milhões) das pessoas que apresentaram algum dos sintomas pesquisados procurou atendimento em estabelecimento de saúde, percentual que foi de 51,3% entre aqueles que apresentaram algum dos sintomas conjugados (ou 1,1 milhão de pessoas). O percentual de pessoas procurando estabelecimento de saúde para tratar os sintomas aumentou ao longo dos três meses tanto entre os que tiveram algum sintoma quanto entre aqueles com algum sintoma conjugado. Em relação ao mês anterior, julho registrou um quantitativo maior de pessoas com algum sintoma ou com algum dos sintomas conjugados que procurou por estabelecimento de saúde, mas registrou queda em relação a maio, quando foram 3,8 milhões de pessoas com algum sintoma e 1,3 milhão de pessoas com algum sintoma conjugado procurando estabelecimento de saúde.

Gráfico 12 - Percentual de pessoas que informaram ter apresentado algum dos sintomas e algum dos sintomas conjugados, por procura a estabelecimento de saúde (%) - Brasil - maio a julho de 2020

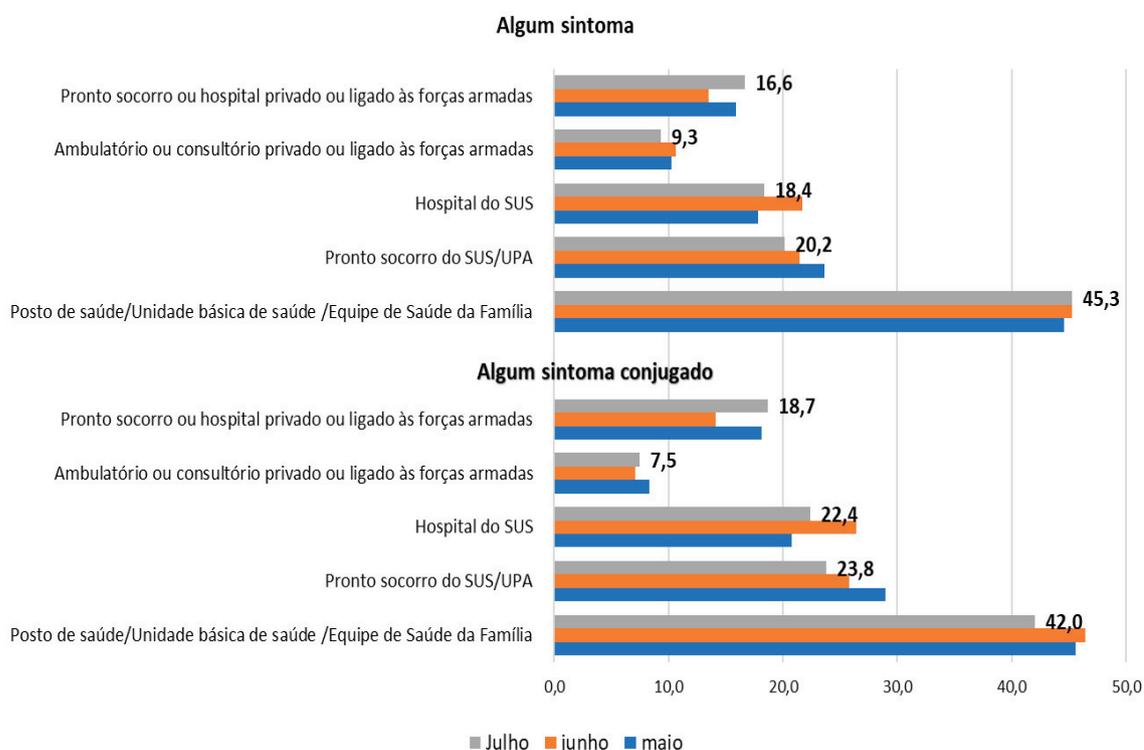


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 maio-julho/2020.

A procura por atendimento poderia ser feita em mais de um estabelecimento, seja na rede pública de acesso a toda população, seja na rede privada. No entanto, a maioria das pessoas procurou atendimento em estabelecimentos públicos de saúde (postos de saúde, equipe de saúde da família, UPA, Pronto Socorro ou Hospital do SUS), 75,3% entre as com algum sintoma (2,4 milhões de pessoas) e 75,7% entre as com algum dos sintomas conjugados (806 mil pessoas).

No serviço público, a atenção primária à saúde destacou-se como o local principal dessa procura por atendimento, em julho, 1,4 milhão (45,3%) de pessoas com algum dos sintomas e 447 mil (42,0%) pessoas com algum dos sintomas conjugados procuraram atendimento neste local. O pronto socorro e hospitais do SUS foram procurados por 20,2% e 18,4% das pessoas com algum sintoma, respectivamente. Considerando as pessoas com algum sintoma conjugado, estes percentuais foram, 23,8% e 22,4%, respectivamente.

Gráfico 13 - Percentual de pessoas que informaram ter apresentado algum dos sintomas no total da população, por local procurado (%) - Brasil - maio a julho de 2020

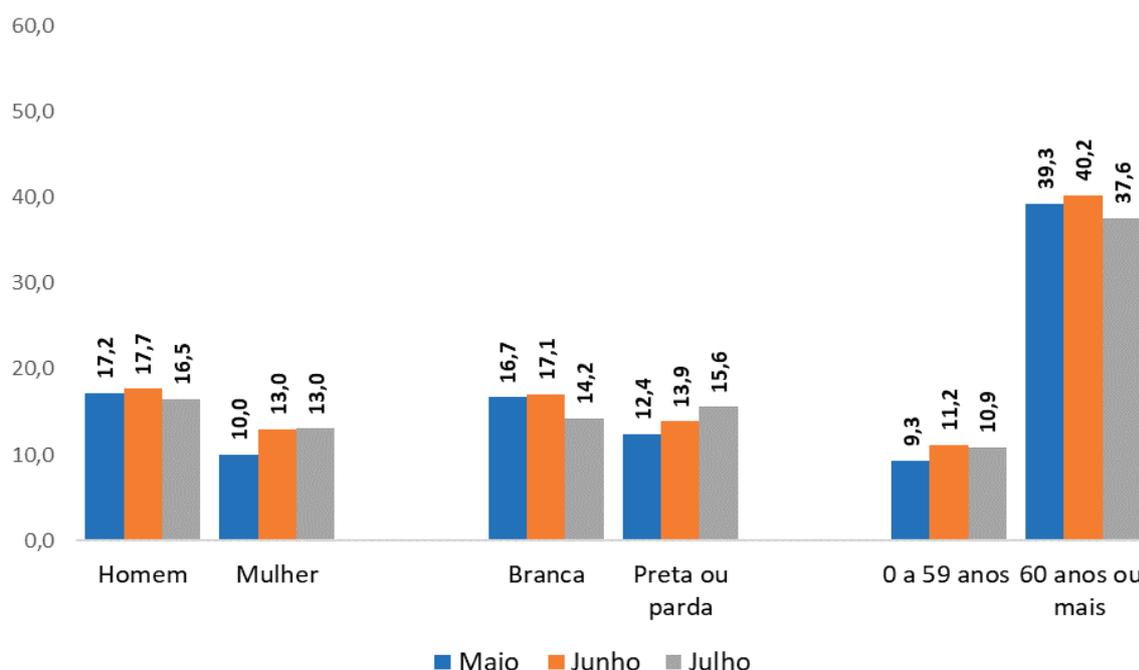


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 maio-julho/2020.

Em julho, entre as pessoas que procuraram atendimento em hospitais, 11,2% (138 mil, eram 115 mil em junho) das que apresentaram algum dos sintomas pesquisados e 14,6% (71 mil, eram 57 mil em junho) das que apresentaram algum dos sintomas conjugados precisaram ficar internadas. A maior parte dessas pessoas internadas eram homens (53,4% e 53,6%, respectivamente) e de cor preta ou parda (56,4% e 57,0%, respectivamente).

Entre os homens, 16,5% dos que tiveram algum dos sintomas conjugados e procuraram atendimento médico em hospitais foram internados, percentual menor que o verificado em junho (17,7%), entre as mulheres, 13,0% precisou ficar internada, mesmo percentual de junho. Entre as pessoas de 60 anos ou mais de idade, com sintomas, que procuraram hospital para atendimento médico, 37,6% foram internadas, percentual abaixo do verificado em junho (40,2%).

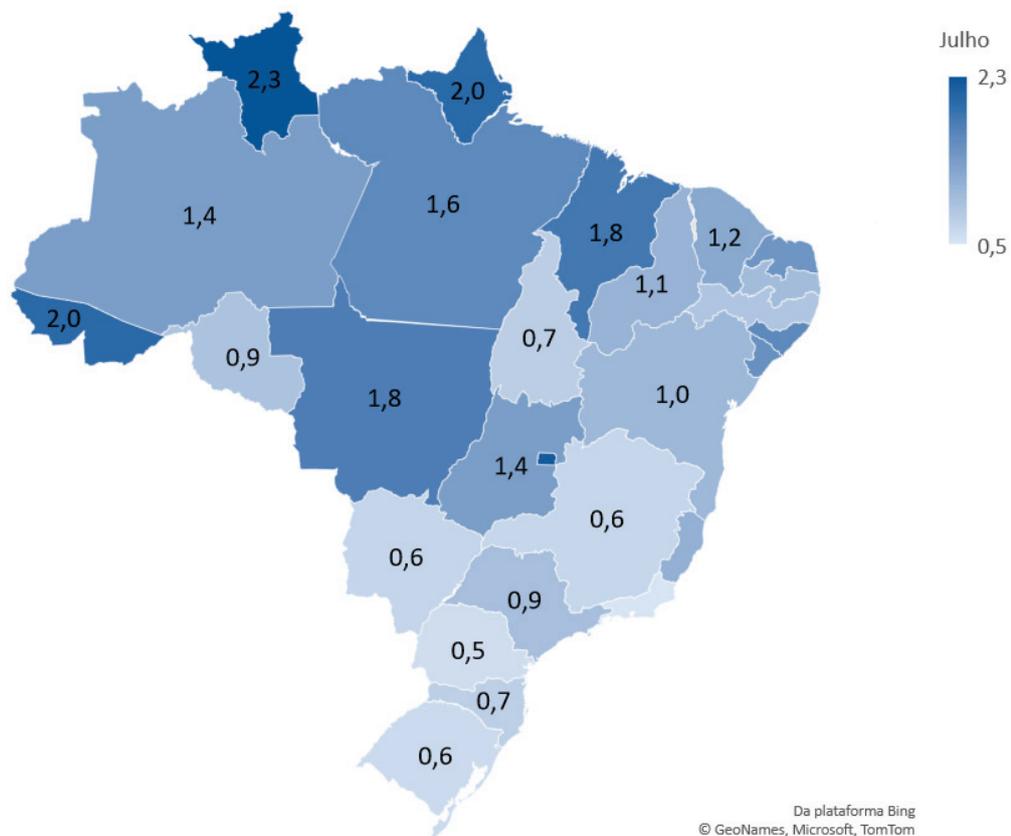
Gráfico 14 - Percentual de pessoas que informaram ter apresentado algum dos sintomas conjugados no total da população, procuraram atendimento em hospital e que foram internadas, por sexo, idade e cor ou raça (%) - Brasil – maio a julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 maio-julho/2020.

O panorama por Unidades da Federação apresentado nos mapas mostra que o percentual de pessoas que referiram ter algum dos sintomas conjugado de síndromes gripais pesquisadas foi mais alto em Roraima (2,3%), no Distrito Federal (2,2%), no Acre (2,0%) e no Amapá (2,0%). Sendo que o Distrito Federal tinha apresentado em junho um dos menores percentuais (1,4%), além dele, no Centro-Oeste, Goiás e Mato Grosso também apontaram para tendência de crescimento no percentual entre junho e julho. Por outro lado, os estados do Norte mostraram tendência de queda. Rio de Janeiro e Paraná foram os estados com os menores percentuais (0,5% em ambos).

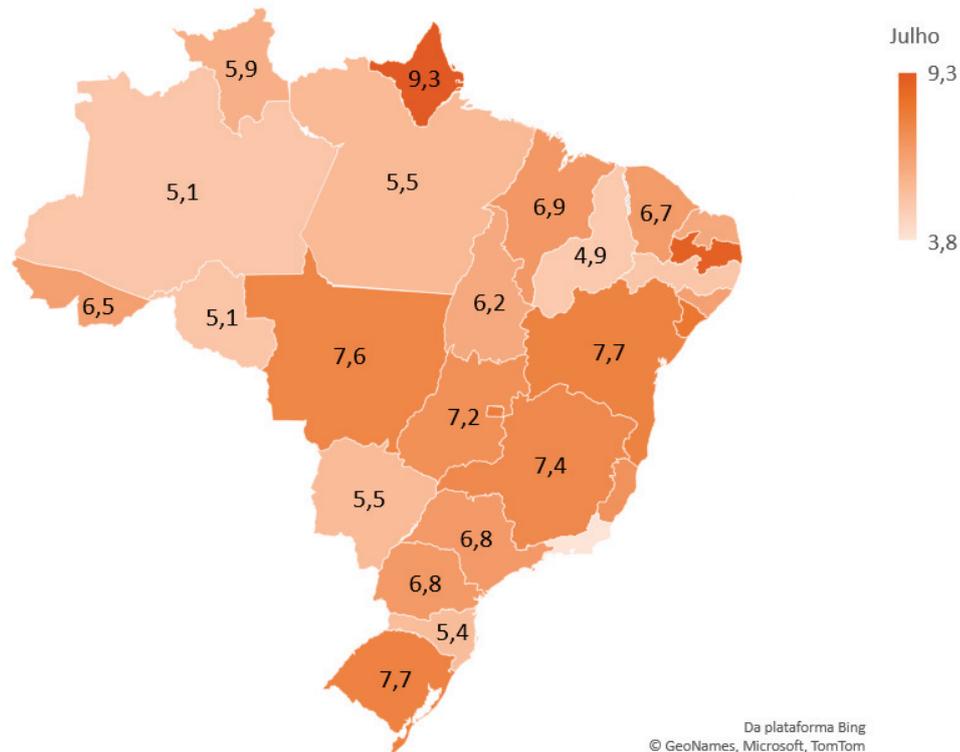
Figura 2 - Percentual de pessoas que apresentaram algum dos sintomas conjugados no total da população (%) - Unidades da Federação - julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 julho/2020.

Considerando a referência a algum dos sintomas pesquisados, o Rio de Janeiro também apresentou o menor percentual (3,8%), enquanto Amapá (9,3%), Paraíba (8,9%) e Sergipe (8,1%) foram os maiores.

Figura 3 - Percentual de pessoas que apresentaram algum dos sintomas pesquisados de síndromes gripais no total da população (%) - Unidades da Federação – julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 julho/2020.

Testes de COVID

No mês de julho foram introduzidas perguntas sobre a realização de testes para diagnóstico da COVID19. Foi perguntado a cada morador se ele havia realizado algum teste (que poderia ser o exame com material coletado com cotonete na boca e/ou nariz – SWAB; com coleta de sangue através de furo no dedo; ou com coleta de sangue através da veia do braço) para saber se estava infectado pelo novo Coronavírus. Caso tivesse realizado, era perguntado o resultado, que poderia ser: positivo, negativo, inconclusivo ou ainda não havia recebido.

Segundo os resultados, 13,3 milhões de pessoas fizeram algum teste (6,3% da população), e destes, 20,4% testou positivo (2,7 milhões de pessoas).

Praticamente não houve diferença no percentual de pessoas de homens e de mulheres que fizeram o teste, 6,2% e 6,4%, respectivamente, fizeram algum teste. Por grupos de idade, o maior percentual foi entre as pessoas de 30 a 59 anos de idade (9,1%), seguido pelo grupo de 20 a 29 anos (7,2%), entre as pessoas de 60 anos ou mais de idade, 5,1% realizou o teste. Quanto maior o nível de escolaridade, maior foi o percentual de pessoas que fez algum teste, entre as pessoas sem instrução ao fundamental incompleto, 3,1% e, entre aqueles com superior completo ou pós graduação, 14,2%.

Os dados mostram que quanto maior a classe de rendimento domiciliar per capita, maior o percentual de pessoas que realizaram algum teste para COVID19, chegando a 14,2% para as pessoas pertencentes ao décimo mais elevado e abaixo de 4,0% nos dois primeiros décimos. O percentual de pessoas que testaram positivo variou 17,1% (no 10º e 4º décimos) a 24,6% (no 1º décimo).

Tabela 12 – Percentual de pessoas que realizaram algum teste e que testaram positivo em algum teste, por classes de rendimento domiciliar *per capita* - Brasil - julho de 2020

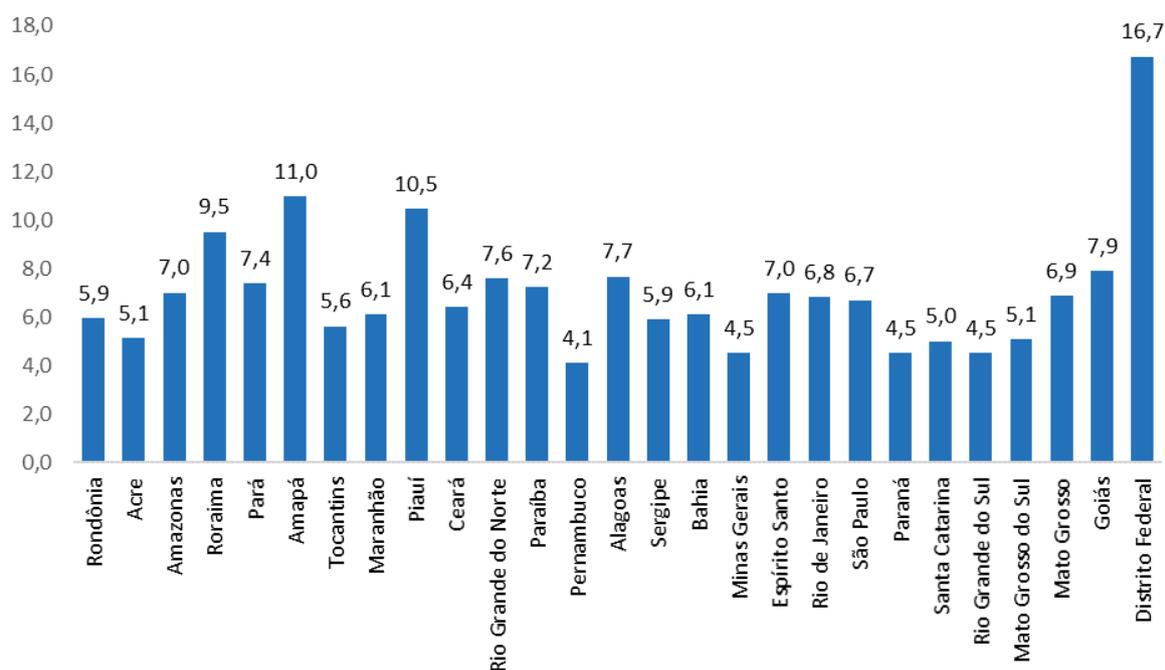
Decis de renda	Percentual de pessoas que fizeram o teste, por decil de rendimento domiciliar <i>per capita</i>	Percentual de pessoas que testou positivo entre os que testaram, por decil de rendimento domiciliar <i>per capita</i>
Total	6,3	20,4
1	3,5	24,6
2	2,9	23,6
3	4,3	21,5
4	4,6	17,1
5	5,3	20,6
6	5,8	23,9
7	6,1	22,7
8	7,3	19,2
9	9,1	21,0
10	14,2	17,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 julho/2020

Considerando o tipo do teste, das pessoas que fizeram algum teste, 4,7 milhões de pessoas fizeram o SWAB e 25,5% testou positivo; 6,4 milhões fez o teste rápido com coleta de sangue através do furo no dedo e 15,9% testou positivo; enquanto 4,0 milhões fez o teste de coleta de sangue através da veia no braço, sendo 24,6% com COVID confirmada.

A Unidade da Federação com o maior percentual de testes realizados foi o Distrito Federal (16,7%), seguida por Amapá (11,0%) e Piauí (10,5%). Por outro lado, Pernambuco registrou o menor percentual (4,1%), seguido por Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul (os três com 4,5%).

Grafico 15 - Percentual de pessoas que fizeram algum teste para diagnosticar COVID (%) - Unidades da Federação – julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 julho/2020

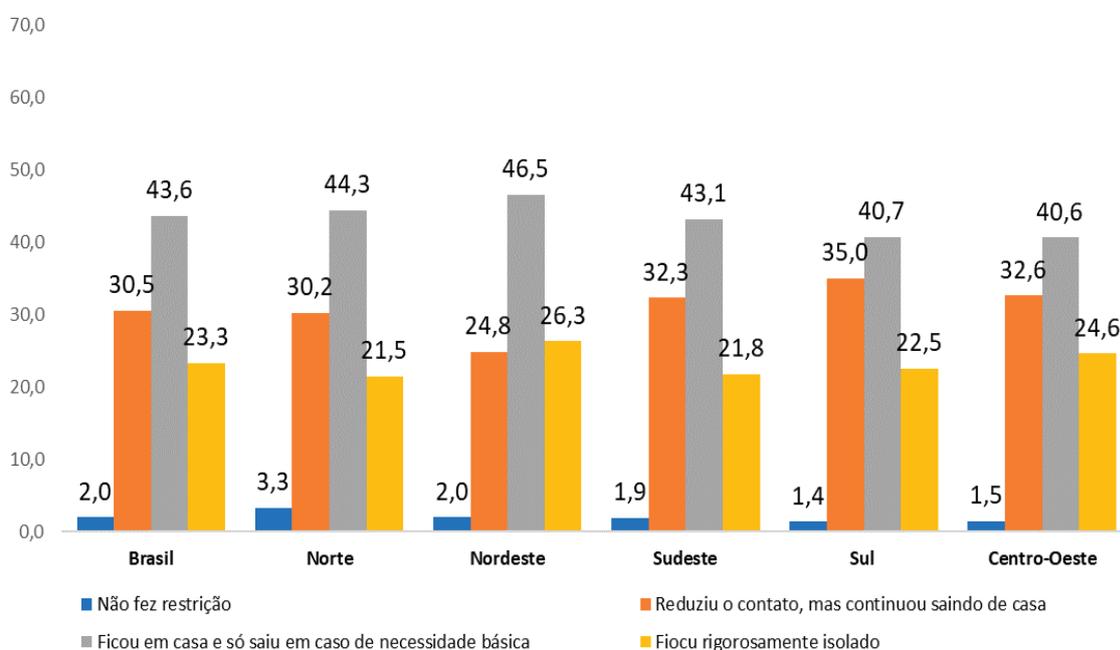
Comorbidades

Na população, em julho, havia 47,2 milhões de pessoas com alguma das doenças crônicas pesquisadas, o que correspondia a 22,4% da população, sendo a hipertensão a mais frequente, 12,8%. As demais prevalências foram: asma ou bronquite ou enfisema (5,7%); diabetes (5,3%); depressão (3,0%); doenças do coração (2,7%) e câncer (1,1%). O percentual de pessoas com alguma das doenças crônicas que testou positivo foi de 1,6%.

Comportamento

Entre os 211,1 milhões de residentes, 4,1 milhões (2,0%) não fez qualquer medida de restrição em julho; 64,4 milhões (30,5%) reduziu o contato mas continuou saindo de casa; 92,0 milhões (43,6%) ficou em casa e só saiu em caso de necessidades básicas; e 49,2 milhões (23,3%) ficou rigorosamente isolado. O comportamento foi similar nas Grandes Regiões.

Gráfico 16 – Distribuição de pessoas segundo o comportamento diante do distanciamento social (%) - Brasil e Grandes Regiões - julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 julho/2020

As mulheres registraram percentuais maiores que os verificados para os homens em medidas mais restritivas de isolamento, em relação aos grupos de idade, a restrição ficou maior entre aqueles até 13 anos de idade e entre os com 60 anos ou mais, para estes, 84,5% ficou em casa saindo apenas em casa de necessidade ou ficou rigorosamente em casa.

Tabela 13 – Distribuição de pessoas segundo o comportamento diante do distanciamento social (%) segundo sexo e grupos de idade - Brasil - julho de 2020

Características	Não fez restrição	Reduziu o contato, mas continuou saindo de casa	Ficou em casa e só saiu em caso de necessidade básica	Ficou rigorosamente isolado
Sexo				
Homens	2,4	37,1	38,7	21,1
Mulheres	1,5	24,2	48,3	25,4
Grupos de idade				
0 a 13 anos	1,2	6,6	34,1	57,3
14 a 29 anos	2,3	33,9	45,9	17,2
30 a 49 anos	2,4	48,2	41,8	7,0
50 a 59 anos	2,2	38,1	49,0	10,1
60 anos ou mais	1,3	13,7	52,0	32,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 julho/2020

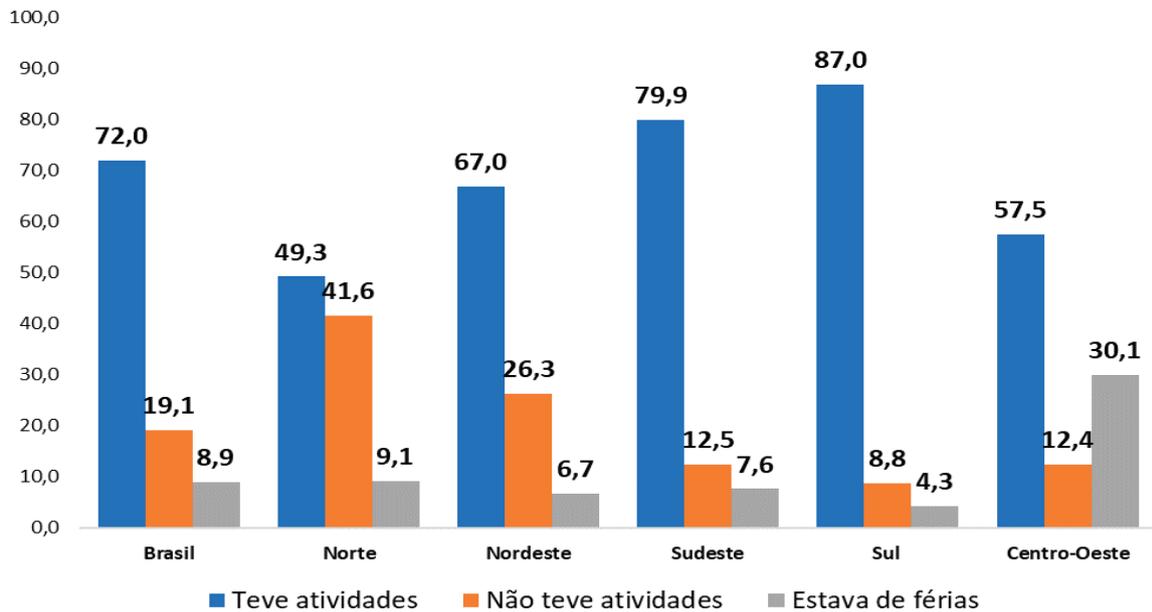
Indicadores escolares

Em julho, segundo a pesquisa, 45,3 milhões de pessoas de 6 a 29 anos de idade frequentavam escola ou universidade, este total representava 58,7% da população desta faixa etária. Desagregando em dois grupos etários, obteve-se que 96,6% das pessoas de 6 a 16 anos de idade e 30,1% daquelas de 17 a 29 anos de idade frequentavam escola.

Entre os que frequentavam, 60,5% eram do ensino fundamental, 21,1% do ensino médio e 18,4% do ensino superior. Em relação a disponibilização de atividades escolares para realizar, 72,0% teve atividades, 19,1% não teve e 8,9% não teve por que estava de férias. O contingente de pessoas que frequentavam escola, mas não tiveram atividades em julho foi de 8,7 milhões de pessoas e o de pessoas que tiveram atividades foi de 32,6 milhões.

Observa-se diferenças entre as Grandes Regiões, na Norte, 41,6% das crianças, adolescentes e jovens que frequentavam escola estavam sem acesso às atividades escolares para realizar. No Sul e Sudeste estes percentuais eram bem menores, 8,8% e 12,5%, respectivamente.

Gráfico 17 - Percentual de pessoas que frequentavam escola segundo a disponibilização de atividades escolares (%) - Brasil e Grandes Regiões - julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 julho/2020

Considerando o nível de ensino obrigatório, fundamental e médio, no Brasil, 17,1% das pessoas não tiveram atividades escolares, no ensino médio 20,9% e no ensino superior, 23,8%. As diferenças regionais foram grandes. Na Região Norte, quase 40% das crianças do fundamental e quase metade das do ensino médio ficaram sem atividades escolares para realizar durante o mês de julho. Por outro lado, na Região Sul, 91,7% das crianças do fundamental e quase 90% das do ensino médio conseguiram ter atividades escolares para realizar.

Tabela 14 – Percentual de pessoas frequentavam escola segundo a disponibilização de atividades escolares por nível de escolaridade (%) - Brasil e Grandes Regiões - julho de 2020

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Ensino Fundamental						
Teve atividades	76,3	51,4	71,4	85,5	91,7	61,2
Não teve atividades	17,1	39,9	24,4	10,0	5,9	9,0
Estava de férias	6,6	8,7	4,2	4,5	2,5	29,7
Ensino Médio						
Teve atividades	71,5	45,4	63,7	82,0	89,9	56,4
Não teve atividades	20,9	48,0	29,3	12,7	7,4	14,1
Estava de férias	7,6	6,6	7,1	5,3	2,7	29,5
Ensino Superior						
Teve atividades	58,3	46,0	54,1	60,6	71,9	47,8
Não teve atividades	23,8	39,6	29,9	19,7	17,7	20,6
Estava de férias	17,9	14,4	16,0	19,7	10,4	31,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 julho/2020

No Brasil, as pessoas pertencentes às classes mais baixas de rendimento domiciliar *per capita* em salários mínimos tiveram percentuais maiores de crianças e adolescentes sem atividades. Entre as pessoas que viviam em domicílios com rendimento *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 24,2% não tiveram atividades escolares, entre os domicílios com rendimento domiciliar *per capita* de 4 ou mais salários mínimos, o percentual foi de 9,5%.

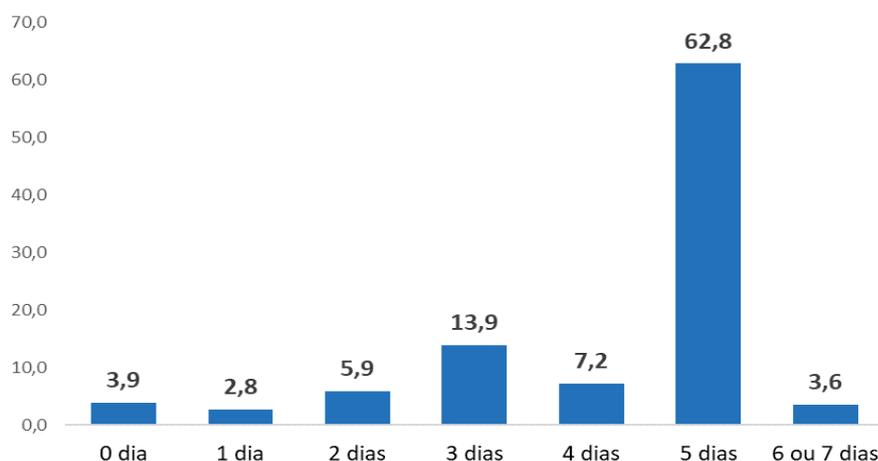
Tabela 15 – Percentual de pessoas frequentavam escola segundo a disponibilização de atividades escolares, por classes de salário mínimo do rendimento domiciliar *per capita* (%) - Brasil e Grandes Regiões - julho de 2020

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Menos de 1/2 salário mínimo						
Teve atividades	69,1	46,9	65,5	81,0	88,6	56,7
Não teve atividades	24,2	46,6	28,9	14,4	8,8	12,3
Estava de férias	6,8	6,5	5,7	4,6	2,6	31,1
De 1/2 a menos de 1 salário mínimo						
Teve atividades	72,6	47,5	67,0	81,2	88,9	56,0
Não teve atividades	18,9	41,9	25,8	13,0	8,2	13,2
Estava de férias	8,4	10,6	7,2	5,8	2,9	30,9
De 1 a menos de 2 salários mínimos						
Teve atividades	76,0	60,5	69,9	80,8	84,5	57,9
Não teve atividades	13,6	27,8	20,9	10,7	10,0	11,9
Estava de férias	10,4	11,8	9,3	8,5	5,5	30,2
De 2 a menos de 4 salários mínimos						
Teve atividades	73,9	55,5	78,0	73,3	83,7	62,9
Não teve atividades	11,4	27,1	15,3	8,8	8,3	12,9
Estava de férias	14,8	17,4	6,6	17,9	8,0	24,2
4 salários mínimos ou mais						
Teve atividades	70,2	65,3	73,0	66,9	83,5	66,9
Não teve atividades	9,5	19,9	17,4	8,5	5,9	6,8
Estava de férias	20,2	14,9	9,6	24,6	10,6	26,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 julho/2020

Das 32,6 milhões de pessoas que tiveram atividades escolares para realizar, 3,9% não realizou em nenhum dia. Entre as que realizaram, a maioria, 62,8%, dedicou-se a elas, em média, durante 5 dias por semana, em seguida, 13,9% reportaram dedicar-se às atividades durante 3 dias na semana. Mesmo considerando o nível de ensino, o número de vezes por semana mais frequente foi de 5 dias, e em segundo lugar 3 dias na semana.

Gráfico 18 - Percentual de pessoas que frequentavam escola e tinham atividades escolares, segundo a frequência da realização em dias (%) - Brasil - julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 julho/2020

Solicitação e aquisição de empréstimos

Do total de 68,5 milhões de domicílios, em cerca de 4 milhões (5,9%) algum morador solicitou empréstimo, sendo que em 3,3 milhões (4,8%) a solicitação foi atendida e, em 762 mil (1,1%), o empréstimo não foi concedido. A Região Nordeste foi onde ocorreu o menor percentual de solicitação de empréstimos (5,5%), enquanto nas Regiões Sul (6,7%) e Centro-Oeste (6,3%), as maiores.

Tabela 16 – Total de domicílios segundo a solicitação de empréstimo e a aquisição (em mil domicílios) – Brasil e Grandes Regiões - julho de 2020

Solicitação de empréstimos	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total de domicílios	68.457	4.965	17.642	30.087	10.494	5.269
Solicitou e conseguiu	3.271	219	809	1.385	590	268
Solicitou mas não conseguiu	762	67	166	352	115	63
Não solicitou	64.424	4.679	16.667	28.350	9.789	4.939

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 julho/2020

A Região Norte (90,5%) foi onde houve a maior taxa de recusa de empréstimos, cerca de 23,4% dos domicílios dessa região tiveram suas solicitações de empréstimos recusadas. Na Região Sul

onde houve a maior procura por empréstimo (6,7%) foi também onde houve a menor taxa de recusa de empréstimos (16,3%).

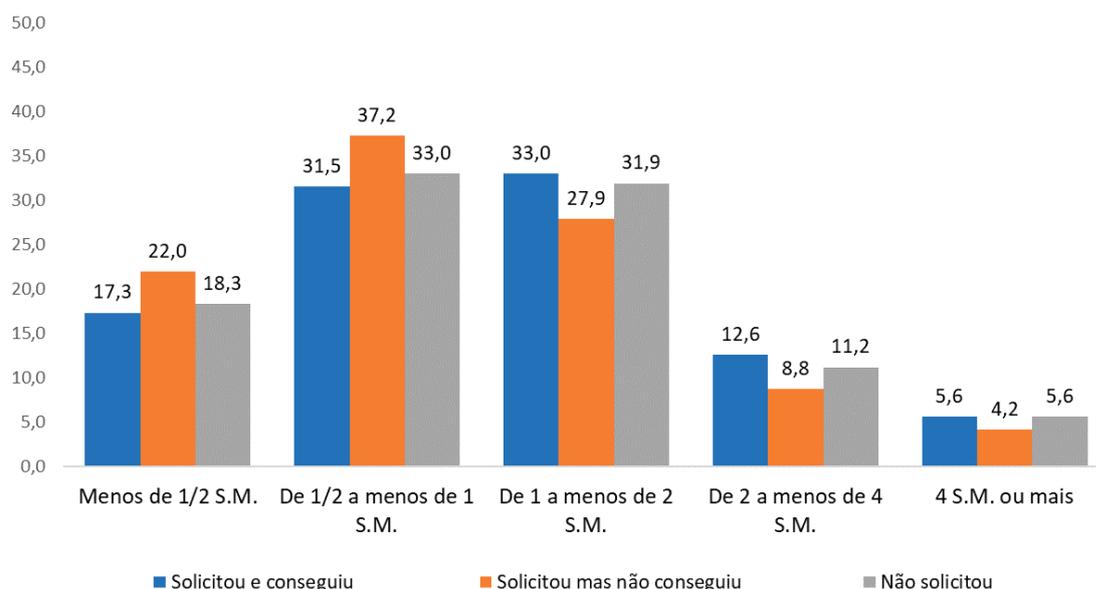
Tabela 17 – Distribuição dos domicílios segundo a solicitação de empréstimo e a aquisição (%) – Brasil e Grandes Regiões - julho de 2020

Solicitação de empréstimos	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total de domicílios	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Solicitou e conseguiu	4,8	4,4	4,6	4,6	5,6	5,1
Solicitou mas não conseguiu	1,1	1,4	0,9	1,2	1,1	1,2
Não solicitou	94,1	94,3	94,5	94,2	93,3	93,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 julho/2020

Analisando a solicitação de empréstimos por classe de rendimento domiciliar *per capita* em salário mínimos, observa-se que entre os que solicitaram e não conseguiram empréstimos, 59,2% pertencem as duas classes de rendimento mais baixas (menos de ½ s.m. e de ½ s.m. a menos de 1 s.m.) enquanto para os que solicitaram e conseguiram, este percentual foi de 48,8%.

Gráfico 19 – Distribuição dos domicílios segundo a solicitação de empréstimo, por classes de rendimento domiciliar *per capita* em salários mínimos (%) - Brasil - julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 julho/2020

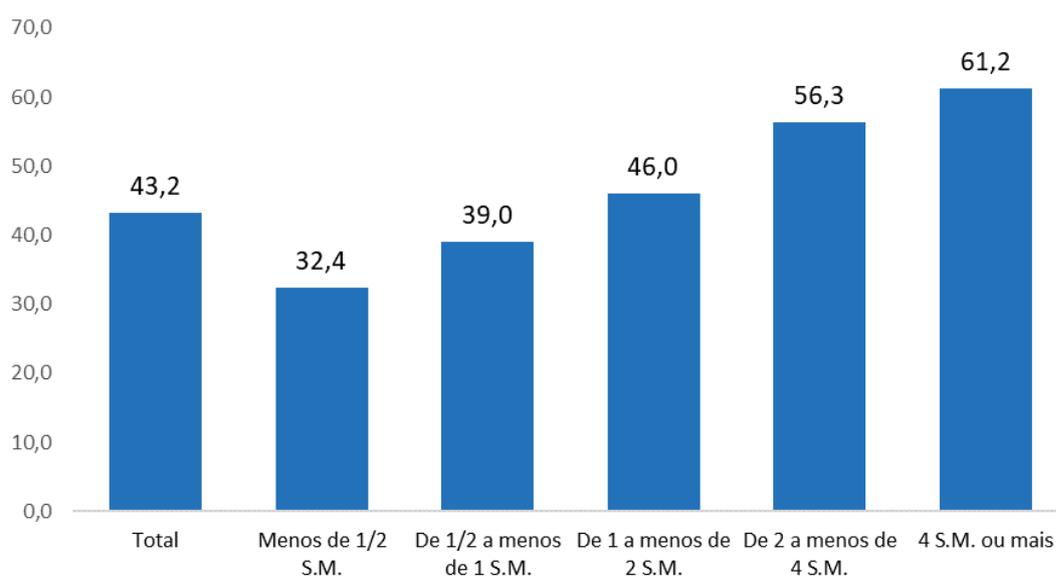
Analisando as fontes de empréstimos, a categoria Banco ou Financeira foi a mais frequente, 75,7%, e o percentual de pessoas que pediu empréstimo para amigos ou parentes ficou em 23,6%. O mesmo comportamento foi observado em todas as regiões.

Itens de higiene e proteção

Dos 68,5 milhões de domicílios nos quais foi investigada a existência de itens básicos de higiene e proteção em quase todos havia sabão ou detergente (99,6%), máscara (99,3%) e água sanitária ou desinfetante (98,1%). Com um percentual um pouco mais baixo, porém ainda elevado, o álcool 70% estava presente em 95,8% dos domicílios. As luvas descartáveis estavam presente em somente 43,2% das unidades domiciliares.

Analisando os dados por classe de rendimento domiciliar *per capita* e Grandes Regiões, destaca-se a menor presença de álcool 70% entre domicílios com menos de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo *per capita* na Região Norte (90,5%). Nessa mesma classe de rendimento, na Região Nordeste foi verificada a menor presença de luvas descartáveis (26,7%). De modo geral, os itens estão mais presentes em domicílios de classe de rendimento *per capita* mais elevados.

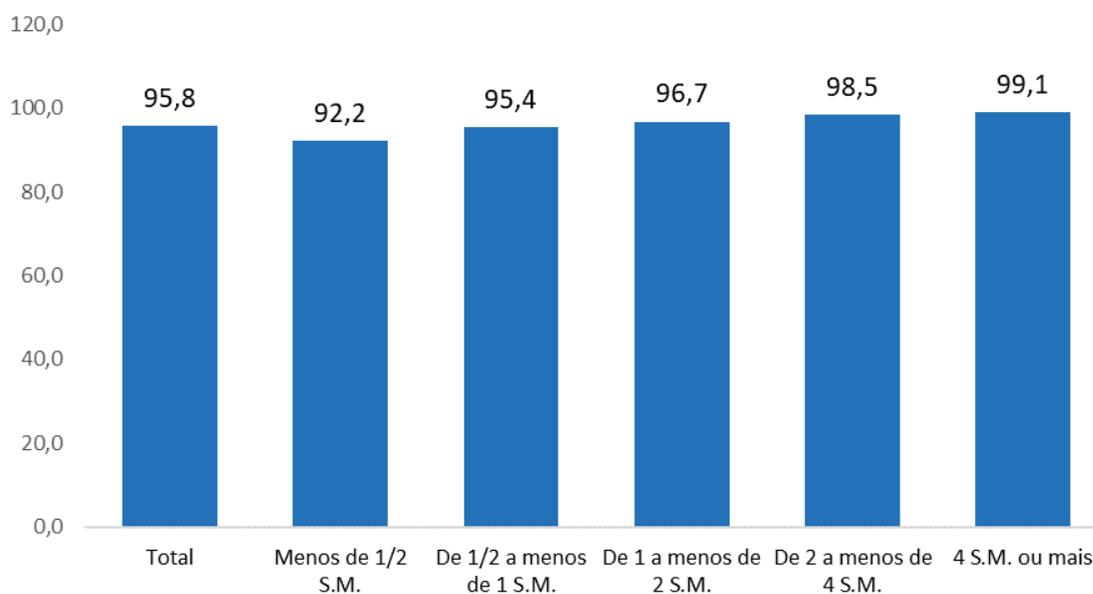
Gráfico 20 – Percentual de domicílios que possuem luvas, segundo as classes de rendimento domiciliar *per capita* em salários mínimos (%) - Brasil - julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 julho/2020

O mesmo padrão pode ser observado para a presença de álcool 70% nos domicílios: existe uma leve correlação entre a presença do item e o rendimento domiciliar per capita.

Gráfico 21 – Percentual de domicílios que possuem álcool 70%, segundo as classes de rendimento domiciliar *per capita* em salários mínimos (%) - Brasil - julho de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 julho/2020

Referências

- 1) Wu Z, McGoogan JM. Characteristics of and important lessons from the coronavirus disease 2019(COVID-19) outbreak in China: summary of a report of 72 314 cases from the Chinese Center for Disease Control and Prevention. JAMA. 2020; 323(13):1239-42. doi:10.1001/jama.2020.2648
- 2) British Medical Journal (BMJ) Best Practice. COVID-19. Disponível em: <https://bestpractice.bmj.com/topics/en-gb/3000168/history-exam>
- 3) Lapostolle, F., Schneider, E., Vianu, I. et al. Clinical features of 1487 COVID-19 patients with outpatient management in the Greater Paris: the COVID-call study. Intern Emerg Med (2020). <https://doi.org/10.1007/s11739-020-02379-z>
- 4) Menni, C., Valdes, A.M., Freidin, M.B. et al. Real-time tracking of self-reported symptoms to predict potential COVID-19. Nat Med (2020). <https://doi.org/10.1038/s41591-020-0916-2>